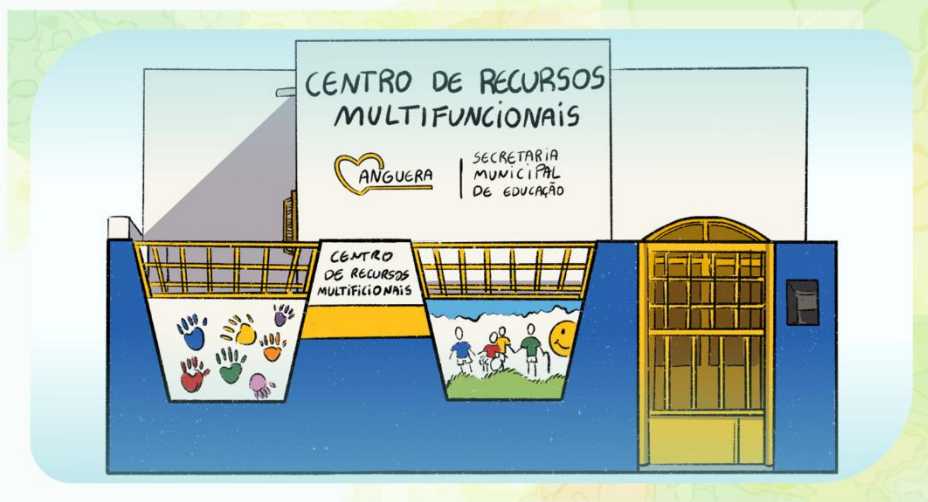




CENTRO DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS



PPP

Projeto Político Pedagógico 2025

SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO



ANGUERA
PREFEITURA MUNICIPAL
Mais Trabalho, Mais Conquistas!







PPP

Projeto Político Pedagógico

2025

COORDENAÇÃO EDITORIAL E REVISÃO:

Carlos Raimundo Oliveira Cerqueira Neto

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO:
DIRETORA ESCOLAR**

Adrielle Siqueira Machado

PROFESSORES COLABORADORES:

Bruna de Oliveira Carvalho
Camila Pereira dos Santos Lima
Juciene Soares de Carvalho
Marli Bezerra da Mota Alves

DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:

Anderson Cerqueira

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Renan Iury Mendes Brito

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1. ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

1.2. HISTÓRICO

1.3. REGULAMENTAÇÃO

1.4. CONCEPÇÕES PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

2. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

2.1. A EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA TRANSVERSAL A TODAS AS OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO

2.2. PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.3. ROTINAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

2.4. AS COMPETÊNCIAS SÓCIO-EMOCIONAIS NA PRÁTICA

2.5. RESPEITO À DIVERSIDADE

2.6. VALORES HUMANOS E ATITUDES

2.7. SUPERAÇÃO E PROJETO DE VIDA

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

3.1. PROPOSTA PEDAGÓGICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

3.2. COMO O ALUNO É AVALIADO NO SEU DESENVOLVIMENTO

3.3. RELATÓRIO DESCRITIVO E AS MENÇÕES NECESSÁRIAS

3.4. PROPOSTA DA CONSTRUÇÃO DO PORTFÓLIO

3.5. AVALIAÇÃO DESCRITIVA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.6. AVALIAÇÃO DESCRITIVA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.7. AVALIAÇÃO DESCRITIVA NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.8. AVALIAÇÃO DESCRITIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

3.9. RELAÇÃO CENTRO DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E ESCOLA REGULAR

4. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO AEE

4.1. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SALA DE RECURSOS

5. POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

6. O ATENDIMENTO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

- 6.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA
- 6.2. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- 6.3. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 6.4. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 6.5. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

7. ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

- 7.1. NÍVEIS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
- 7.2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO AEE

8. ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

- 8.1. CARACTERIZAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS FÍSICAS
- 8.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA
- 8.3. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- 8.4. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 8.5. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 8.6. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

9. ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

- 9.1. CARACTERIZAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS
- 9.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA
- 9.3. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- 9.4. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 9.5. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 9.6. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

10. ATENDIMENTO AO ALUNO COM BAIXA VISÃO

- 10.1. CARACTERIZAÇÃO DA BAIXA VISÃO
- 10.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA
- 10.3. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- 10.4. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 10.5. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
- 10.6. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

11. ATENDIMENTO AO ALUNO COM CEGUEIRA

- 11.1. CARACTERIZAÇÃO DA CEGUEIRA
- 11.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA
- 11.3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS DIFERENTES MODALIDADES DE ENSINO

12. OUTROS TIPODE DEFICIÊNCIAS INSCRITAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

13. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO CRM / FAMÍLIA E CRM / COMUNIDADE

14. NOVAS ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS AO CENTRO DE RECURSOS MULTI-FUNCIONAIS

14.1. ETAPAS DO ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL (CRECHE)

14.2. ETAPAS DO ENSINO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS



HINO DO MUNICÍPIO DE ANGUERA

Anguera, avanças diariamente,
Com a experiência dos velhos,
Com a vitalidade dos jovens,
Com a união envolvente.

Salve os filhos queridos,
Que nesta terra nasceram!
Salve os bons imigrantes,
Que muito a desenvolveram.

Salve, salve, salve,
Anguera tradicional!
Salve, salve, salve,
A Bandeira Municipal!

Tua hospitalidade,
Teus verdes e lindos campos,
Têm a bênção da Padroeira,
Que os envolve em suave manto!

Construída por braços fortes,
Preservada por espíritos sadios,
Te amaremos até a morte,
Anguera querida do nosso Brasil!

Um belo azul te cerca
No alto céu, azul anil,
Tu és independente,
De espírito varonil!

Letra por Gessé Souza Silva e Rodrigues Silva

Melodia por Bernarndo da Silva

APRESENTAÇÃO

O Centro de Recursos Multifuncionais é um espaço pensado e organizado para garantir que cada estudante, com suas singularidades e modos próprios de aprender, encontre caminhos possíveis, acessíveis e significativos para o desenvolvimento de suas potencialidades. Neste ambiente, acolhimento, respeito e escuta sensível orientam nossas ações, pois reconhecemos que a educação inclusiva se constrói no encontro humano, na valorização das diferenças e na defesa da equidade.

Este Projeto Político Pedagógico vem sendo (re)elaborado e nasce do compromisso coletivo de promover um atendimento educacional especializado que complemente e amplie as aprendizagens, assegurando recursos, estratégias e tecnologias que favoreçam a autonomia, a participação e o protagonismo do estudante público-alvo da Educação Especial. Mais do que um documento orientador, o PPP é a expressão viva da nossa intencionalidade pedagógica: transformar a escola em um espaço onde todos possam aprender, compartilhar e pertencer.

Assim, reafirmamos a importância do trabalho colaborativo entre professores, famílias, gestores, profissionais de apoio e toda a comunidade escolar. É na parceria, no diálogo e na construção conjunta que fortalecemos práticas inclusivas e criamos oportunidades reais para que cada estudante seja reconhecido como sujeito de direitos, capaz de aprender e contribuir.

Este projeto, portanto, reflete a nossa crença na educação como caminho para a emancipação humana e na escola como espaço de possibilidades. Ao apresentar os princípios, objetivos e ações do Centro de Recursos Multifuncionais, convidamos toda a comunidade escolar a caminhar conosco na construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, humanizada e transformadora.

1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

No contexto das políticas públicas para o desenvolvimento da educação inclusiva, o Município de Anguera – BA, fundamentado nos marcos legal, e nos princípios pedagógicos, institui o Centro de Recursos Multifuncionais (CRM) com disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes público alvo da Educação Especial matriculados no ensino regular.

Nesse mesmo propósito, o Centro de Recursos Multifuncionais, localizado à Rua Capitão José Marques, número 31, Centro de Anguera, Ba – CEP:44.670 – 000, Código 29464811, Email: educanespecial@bol.com.br, tendo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal, opera desde o ano de 2014 Conforme definição do Decreto nº 7611/2011, que incorporou o Decreto 6.571/2008 e que definem as Salas de Recursos Multifuncionais como ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

O Centro de Recursos Multifuncionais nesse sentido tem a função de atender a demanda da matrícula da rede regular de ensino, com destaque para os estudantes público alvo da educação especial, oferecendo o atendimento educacional especializado com recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos, mobiliários e espaços adequados.

Atualmente, o CRM atende à Creche-Escola Maria Vitória Correia, ao Núcleo Regionalizado D (Prédio Escolar José da Silva Correia e Grupo Escolar Aristides José de Freitas), ao Núcleo Regionalizado F (Prédio Escolar Professora Hélia Maria Brandão e Prédio Escolar Firmes Teles de Menezes) e também possui uma turma noturna de Educação de Jovens e Adultos (EJA) na instituição.

Prever ainda na sua organização: Matrícula automatizada no AEE de estudantes matriculados no ensino regular; elaboração do Projeto Político Pedagógico; Plano de Ação Especializado; Plano de Avaliação; Cronograma de Atendimento; PEI (Plano Individual Especializado); Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) – identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; professores para atuação no AEE; psicopedagogos; Rede de

apoio – Psicóloga; Assistente Social, Nutricionista, Professor/formador – atua na formação continuada dos professores do AEE; quadro de profissionais da educação que atuam no apoio Institucional; parceria com a família e professores da rede regular de ensino, entre outros que potencializem os efeitos do atendimento educacional especializado.

Nesse mesmo sentido, o AEE tem como principal objetivo, o apoio pedagógico complementar/suplementar aos estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação, assegurando-lhes, condições de acesso ao currículo escolar, com o acesso, permanência participação e aprendizagem.

1.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO FUNCIONAL

O Centro de Recursos Multifuncionais conta com uma estrutura e organização funcional distribuída da seguinte forma: 01 (uma) Auxiliar de Serviços Gerais responsável pela limpeza, organização, manutenção do espaço e pela merenda escolar, atuando no turno matutino e vespertino; 01 (uma) Agente de Desenvolvimento Educacional no turno (matutino); 03 (três) professoras que exercem a função no atendimento especializado; 01 (um) motorista que transporta os estudantes do AEE; 01 (uma) coordenadora administrativa; 01 (uma) psicopedagoga. O CRM não dispõe, atualmente, de profissional de Psicologia em seu quadro institucional permanente.

Nos casos em que forem identificadas necessidades específicas relacionadas a aspectos emocionais, comportamentais ou de desenvolvimento que demandem avaliação especializada, a equipe pedagógica do CRM realiza articulação com profissional habilitado da rede municipal de ensino.

Após análise técnica, quando constatada a necessidade de acompanhamento especializado externo, o caso poderá ser encaminhado aos serviços competentes da rede de apoio, incluindo o Núcleo de Atendimento e Desenvolvimento Especializado (NADE), mediante os devidos registros e comunicação à família.

O encaminhamento ocorre sempre com ciência e participação dos pais ou responsáveis, garantindo uma intervenção ética, responsável e articulada entre escola, família e rede de atendimento.

Nesse sentido, o psicopedagogo, em conjunto com a Sala de Recursos, atua de forma integrada no processo de identificação, acompanhamento e intervenção das dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Sua função é colaborar com professores e demais profissionais da escola na construção de estratégias que respeitem as necessidades individuais dos alunos, promovendo um ambiente inclusivo, que favoreça o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, fortalecendo a aprendizagem e a permanência dos educandos no ambiente escolar.

Em relação ao profissional de Serviço Social o CRM não dispõe deste profissional em seu quadro institucional.

Nos casos em que se identifiquem demandas de natureza socioassistencial que possam interferir no acesso, permanência e participação do estudante público-alvo da Educação Especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE), a equipe gestora e pedagógica do CRM realiza articulação com a rede municipal de proteção social.

Quando necessário, a família é orientada e encaminhada aos serviços socioassistenciais competentes do município, para acompanhamento e garantia de direitos, especialmente no que se refere à efetivação da matrícula, frequência escolar, busca ativa, acesso a benefícios sociais e encaminhamentos à rede de saúde.

Além disso, o CRM acompanha de perto o processo de alfabetização dos aprendizes do Atendimento Educacional Especializado (AEE) no município, realiza a dinamização e adaptação de atividades sempre que necessário tanto no cotidiano da sala regular quanto em testes e provas da Rede Municipal de Ensino e garante a formação continuada para professores da sala de aula regular, do AEE, bem como para coordenadores e gestores. Dessa forma, promove uma rede colaborativa que visa assegurar uma educação mais justa, equitativa e inclusiva.

1.2 HISTÓRICO

O **Centro de Recursos Multifuncionais** foi implantado no município de Anguera no ano de 2014, como resultado de um processo de organização da política de Educação Especial no município. Antes de sua implantação, foi realizada uma mobilização junto às escolas da rede regular de ensino com o objetivo de levantar o

quantitativo de estudantes público-alvo da Educação Especial, devidamente registrados no Censo Escolar/MEC/INEP do ano anterior. Esse levantamento buscou atender às diretrizes estabelecidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), promulgada no Brasil por meio do **Decreto nº 6.949/2009**, que assegura o direito das pessoas com deficiência a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e etapas de ensino.

A partir desse compromisso, o município passou a adotar medidas voltadas à garantia do acesso, da permanência e da participação efetiva desses estudantes no ambiente escolar, assegurando que não fossem excluídos do sistema educacional em razão de suas deficiências.

Nesse contexto, também se observou o que estabelece o **Decreto nº 6.571/2008**, que determina que os estudantes público-alvo da Educação Especial sejam contabilizados duplamente no FUNDEB quando possuem matrícula na classe comum do ensino regular da rede pública e, simultaneamente, no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Essa organização fortaleceu a proposta de implantação do Centro de Recursos Multifuncionais no município, constituindo-se como uma ação estruturante para a consolidação de um sistema educacional mais inclusivo.

Nesse cenário, o Centro de Recursos Multifuncionais tem como missão atender estudantes com necessidades educacionais especiais e oferecer suporte pedagógico aos professores da rede regular de ensino. O trabalho desenvolvido nesse espaço busca construir estratégias, metodologias e recursos que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento das potencialidades dos estudantes e minimizando as dificuldades que possam surgir ao longo do processo de escolarização.

Assim, o levantamento das matrículas dos estudantes com necessidades educacionais especiais realizado no ano de **2013** serviu como base para a organização inicial do atendimento, seguindo as orientações da Secretaria de Educação Especial (SEESP) naquele período.

A partir dessa etapa, passou-se a registrar e acompanhar sistematicamente as matrículas realizadas nos anos seguintes, compreendendo o período de 2014 a 2022, organizadas por escola, núcleo educacional e caracterização do tipo de

deficiência, permitindo uma melhor compreensão da demanda e o planejamento de ações voltadas ao fortalecimento da educação inclusiva no município.

1.3 REGULAMENTAÇÃO

Segundo o artigo 205 da Constituição Federal (1988), a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, onde será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Afirmando o direito constitucional à atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência, define a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular; Acompanhando o processo de mudança, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

O Plano Nacional de Educação-PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos

humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006 e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados-Partes devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta da plena participação e inclusão, adotando medidas para garantir que:

- ✓ As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;

- ✓ As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social, tendo como eixos a formação de professores para a educação especial, a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares.

Nessa perspectiva, o Centro de Recursos Multifuncionais tem como objetivar o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- ✓ Transversalidade da Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior;
- ✓ Atendimento educacional especializado;
- ✓ Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

- ✓ Formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- ✓ Participação da família e da comunidade;
- ✓ Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- ✓ Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva no Município de Anguera tem como **função** primordial, direcionar suas ações para o atendimento às especificidades do nosso alunado, no processo educacional e, no âmbito de uma atuação mais ampla na escola regular, orientando-as e oferecendo uma formação continuada para toda a comunidade escolar. Dentre esses intentos, pretende-se a ampliação de recursos, serviços e o desenvolvimento de práticas colaborativas.

1.4. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E DIRETRIZES.

Uma escola verdadeiramente inclusiva parte do princípio de que todos os estudantes têm direito de aprender juntos no espaço da escola regular, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais. Nessa perspectiva, as diferenças deixam de ser vistas como obstáculos e passam a ser compreendidas como expressões legítimas da diversidade humana. O desafio inicial para a construção dessa escola é superar práticas e atitudes discriminatórias que, historicamente, afastaram as pessoas com deficiência dos espaços educacionais.

A rede municipal compreende a escola como um ambiente de aprendizagem para todos, no qual os objetivos educacionais devem considerar as especificidades de cada estudante. Esse entendimento exige o aprimoramento contínuo dos conhecimentos dos profissionais envolvidos no processo educativo e a participação ativa de toda a comunidade escolar na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Nesse sentido, torna-se fundamental incentivar a formação continuada dos profissionais, fortalecer o Atendimento Educacional Especializado, valorizar a diversidade cultural e promover a construção de uma educação inclusiva em rede, ampliando o diálogo entre escola e família. A participação familiar é essencial nesse processo, pois constitui um elo importante para o desenvolvimento e o sucesso dos

estudantes em sua trajetória escolar e social.

É importante ressaltar que a inclusão não se sustenta em atitudes de compaixão ou paternalismo, pois tais posturas também podem reforçar formas sutis de discriminação. O que se exige é uma mudança de olhar e de práticas, na qual a escola se reorganize para acolher todos os sujeitos. Isso implica eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, metodológicas, instrumentais, programáticas e atitudinais, garantindo condições reais de acesso, participação e aprendizagem.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949/2009, estabelece no Art. 24 que os Estados devem assegurar às pessoas com deficiência o direito à educação em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino, sem discriminação e com igualdade de oportunidades. Nesse contexto, cabe à escola assumir uma postura efetivamente inclusiva, comprometida com o enfrentamento de preconceitos e com a valorização das potencialidades dos estudantes, superando visões que priorizam as limitações em detrimento das capacidades humanas.

Assim, as propostas inclusivas precisam estar presentes na essência do **Projeto Político Pedagógico**, no planejamento didático e nas práticas educativas cotidianas. Mais do que um princípio teórico, a inclusão deve orientar ações concretas capazes de transformar a realidade escolar e contribuir para a construção de novos projetos de vida para os estudantes.

A Educação Especial fundamenta-se em princípios que orientam suas práticas e políticas educacionais. De acordo com o MEC/SEESP (1994), além dos princípios democráticos de igualdade, liberdade e respeito à dignidade humana, destacam-se três princípios norteadores: **normalização, integração e individualização**.

O princípio da normalização refere-se à garantia de condições de vida, educação e participação social semelhantes às oferecidas a qualquer cidadão, respeitando as diferenças individuais e assegurando oportunidades equitativas de desenvolvimento. Já o princípio da integração busca criar condições para que a pessoa com necessidades educacionais especiais participe ativamente da vida social e educacional, sendo aceita e reconhecida em seu grupo de convivência. A integração envolve um processo progressivo de participação que vai da convivência física à plena inserção social e institucional.

Por sua vez, o princípio da individualização valoriza as diferenças e reconhece que cada estudante possui ritmos, características e necessidades próprias. Individualizar o ensino significa adaptar estratégias pedagógicas, recursos e metodologias de modo a garantir que cada aluno tenha condições reais de aprender e desenvolver suas potencialidades.

A perspectiva da inclusão amplia esses princípios ao defender que todos os estudantes participem do mesmo contexto escolar, compartilhando atividades e experiências educativas, ainda que com adaptações necessárias para atender às diferenças individuais. Afinal, a sociedade é constituída pela convivência entre múltiplas singularidades, e o respeito à diversidade é condição fundamental para a construção de uma cidadania plena.

Ao longo da história, a educação das pessoas com deficiência passou por diferentes fases. Inicialmente predominou a **exclusão**, quando o acesso à escola era restrito a determinados grupos sociais. Posteriormente, houve um processo de **segregação**, com a criação de instituições específicas para pessoas com deficiência. Em seguida surgiu o modelo de integração, marcado pela presença de classes especiais dentro das escolas regulares. Mais recentemente, consolida-se a perspectiva da **educação inclusiva**, que defende o direito de todos os estudantes de aprenderem juntos no mesmo ambiente escolar.

No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define a Educação Especial como uma modalidade transversal que perpassa todos os níveis e modalidades de ensino, oferecendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE), recursos pedagógicos e serviços de apoio necessários para garantir a participação e aprendizagem dos estudantes nas classes comuns.

Nesse contexto, o Centro de Recursos Multifuncionais assume papel fundamental ao oferecer suporte pedagógico especializado e contribuir para a eliminação de barreiras no processo educacional. Entre suas diretrizes metodológicas destacam-se o reconhecimento das potencialidades de cada estudante, o estímulo à autonomia, o fortalecimento das funções cognitivas e executivas e o incentivo à construção de projetos de vida que favoreçam a realização pessoal e social.

O Atendimento Educacional Especializado ocorre, preferencialmente, no turno oposto ao da escolarização regular, podendo ser realizado de forma individual ou em pequenos grupos, com duração mínima de cinquenta minutos. O município busca garantir o acesso de todos os estudantes a esse atendimento, inclusive daqueles oriundos das comunidades do campo, por meio da oferta de transporte escolar. O diálogo permanente entre os profissionais da escola regular e do Centro de Recursos Multifuncionais constitui elemento essencial para o sucesso das práticas inclusivas.

O Projeto Político Pedagógico apresenta-se, nesse sentido, como um instrumento estratégico para orientar as ações da escola, permitindo não apenas registrar as práticas existentes, mas também projetar avanços e transformações necessárias para o fortalecimento da educação inclusiva. Nesse processo, destaca-se a importância da atuação de equipes multidisciplinares e da ampliação de espaços de formação, diálogo e integração entre profissionais, estudantes e comunidade.

De acordo com o Documento Curricular Referencial da Bahia (DCRB, 2020), uma escola comprometida com a inclusão deve garantir suporte curricular por meio de componentes específicos do Atendimento Educacional Especializado, como o ensino do Sistema Braille, o uso do Soroban, a Orientação e Mobilidade, a Educação Física Adaptada, o ensino de Tecnologias Assistivas, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a atuação de intérpretes e guias-intérpretes, além de estratégias voltadas ao desenvolvimento dos processos mentais e ao uso de recursos ópticos e não ópticos.

No cotidiano escolar, as atividades pedagógicas podem e devem ser adaptadas conforme as necessidades dos estudantes, respeitando as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Mais do que identificar competências, cabe ao professor compreender como avaliar cada estudante de forma justa, considerando suas habilidades, dificuldades e avanços ao longo do processo educativo.

Assim, a avaliação precisa ultrapassar a visão centrada na deficiência e reconhecer o percurso de aprendizagem de cada aluno, valorizando conquistas, progressos e potencialidades. A construção de uma educação inclusiva exige planejamento, compromisso coletivo e esperança ativa. Afinal, toda transformação

educacional nasce primeiro como projeto e ideal, para então se concretizar nas práticas que tornam a escola um espaço verdadeiramente democrático e acessível para todos.

2. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

2.1. A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA TRANSVERSAL A TODAS AS OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO

A Educação Especial é uma modalidade de ensino que perpassa toda e qualquer modalidade, tendo o Atendimento Educacional Especializado como serviço que orienta a identificação das necessidades específicas dos alunos da rede regular de ensino; quanto à definição dos recursos a serem utilizados; a elaboração das atividades a serem executadas conforme a atender cada necessidade específica.

É importante frisar, o atendimento especializado se difere do processo de escolarização regular, é oferecido no turno oposto, não substitutivo (não pode ser considerado reforço escolar), não se trabalha com o currículo escolar, muito embora deva ocorrer diálogo permanente com os profissionais da escola regular (Gestores e Professores), com a finalidade de ambos acompanhar o desenvolvimento discente e buscar soluções quanto a resolução de problemas que impedem o desenvolvimento do aluno.

2.2. PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

I – Alunos com deficiência; aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno desintegrativo infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O Atendimento Educacional Especializado no CRM no intuito de promover

condições de aprendizagem, na perspectiva da educação inclusiva atende a toda a comunidade com necessidade educacional específica inscrita na rede regular de ensino: Creche Escola – crianças com idade 02 e 03 anos de idade; Pré–Escola – crianças com idade entre 04 e 05 anos de idade; Ensino Fundamental I – Crianças na faixa etária de idade de 06 a 10 anos de idade; Ensino Fundamental II – atende a faixa etária de idade de 11 a 14 anos de idade; EJA – Educação de Jovens e Adultos – atende a faixa etária de idade entre 25 a 53 anos de idade (matrícula atual).

2.3. ROTINAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

As rotinas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) envolvem o uso de um Plano Atendimento Individualizado para organizá-las, nesse plano há uma rotina que pode conter acolhimento, jogo lúdico e atividades impressas, além disso, no plano constam os objetivos que podem ser alcançados e habilidades alinhadas com a BNCC.

A atividade realizada deve ser descrita metodologicamente, trazendo todos os passos realizados no atendimento, também há a necessidade de descrever os recursos utilizados e atividades encaminhadas, constando data de cada atendimento, informações com nome da professora do AEE, condenação pedagógica e psicopedagogo.

2.4. AS COMPETÊNCIAS SÓCIO-EMOCIONAIS NA PRÁTICA

As competências socioemocionais são capacidades individuais que se manifestam nos modos de pensar, sentir e nos comportamentos ou atitudes para se relacionar consigo mesmo e com os outros, estabelecerem objetivos, tomar decisões e enfrentar situações adversas ou novas. Tais competências no costumeiro padrão de ação e reação frente a estímulos de ordem pessoal e social. Entre outros exemplos, estão à persistência, a assertividade, a empatia, a autoconfiança e a curiosidade para aprender.

Exemplos de competências consideradas híbridas são a criatividade e pensamento crítico, pois envolvem habilidades socioemocionais e cognitivas.

Considerando a importância de habilidades a serem desenvolvidas na escola, é importante citar os cinco macros competências que se desdobram em dezessete competências e assim se descreve: Autogestão – determinação, organização, foco, persistência, responsabilidade. Engajamento com os outros – iniciativa social, assertividade, entusiasmo. Amabilidade – empatia, respeito, confiança. Resiliência Emocional – tolerância ao estresse, autoconfiança, tolerância à frustração. Abertura ao Novo – curiosidade para aprender, imaginação criativa, interesse artístico.

As práticas pedagógicas no campo do desenvolvimento das competências socioemocionais no Atendimento Educacional Especializado devem entre outras práticas: incentivar o comportamento adaptativo às diferentes situações e contextos de vida dos estudantes; incentivar as tentativas de assertividade das crianças durante a resolução de problemas; elaborar atividades lúdicas e criativas que possam manter o foco da criança, chamar a atenção do aluno e colocá-lo em situações de novas experiências de aprendizado; motivar o estudante a superar o medo de tentar fazer e fazer de forma diferente mostrando perspectivas novas e criativas para a resolução de situações problemas; auto regular as emoções e usá-las em favor de si mesmas e de seus aprendizados.

2.5. RESPEITO À DIVERSIDADE

A escola inclusiva precisa ter claro o reconhecimento de que cada estudante tem um potencial, ritmo de trabalho diferenciado, expectativas, estilos de aprendizagens, motivações e valores culturais, ou seja, reconhecê-los como diferentes, com características individuais e perspectivas educacionais distintas. Silva e Menegazzo (2005) relatam que o controle das diferenças pelo/no currículo parece depender mais da combinação de um conjunto de dinâmicas grupais e consensuais, nomeadamente da cultura escolar, do que de estratégias isoladas ou prescritas.

Sendo assim, a diferença é uma das características da nossa sociedade, que se espelha nas distintas capacidades, interesses, motivações, pensamentos, crenças, quer dos indivíduos quer dos grupos. Portanto, valorizar as diferenças na escola deve implicar em aumentar o valor dos recursos culturais (de todos os grupos

sociais, mas especialmente dos subalternizados), sem subestimar a importância daquilo que nos liga uns aos outros.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) diz que a inclusão constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

É fundamental conhecer e reconhecer a pluralidade cultural, as manifestações plurais afetivas, sociais e intelectuais e construir uma nova ética escolar com consciência, com muito mais humanidade e espaço para as diferenças e valorização destas. O grande objetivo para a escola inclusiva consiste em planejar a participação de todos os alunos e saber como dar suporte à aprendizagem dos mesmos, sem lhes fornecer respostas predeterminadas ou fazer do currículo, um estigma da diferença, onde alunos tenham currículos diferenciados e fechados em sala.

Sabe-se da importância de que não é o aluno que tem que se adaptar aos moldes da escola, mas a escola que deve adaptar-se a atender seus alunos. Portanto, para a efetivação de um currículo que prima pela inclusão é preciso garantir uma educação com atitude inclusiva, que antes de tudo, uma questão de direitos humanos, que se insere na perspectiva de assegurar o direito à educação das crianças, jovens e adultos, independentemente de suas características ou dificuldades. Importa não perder de vista que assegurar o direito à educação é ir além do acesso: é prever e redefinir ações efetivamente destinadas a estes sujeitos/alunos, em função das suas necessidades/ou especificidades, tendo em vista sua formação humana e educacional.

2.6 VALORES HUMANOS E ATITUDES

Valores humanos é um conjunto de fatores essenciais à vida em comunidade. É, portanto, um conjunto de regras que devem ser mantidas mentalmente para que se possa viver de forma digna, humanizada, responsável e assim, contribuir com a construção da sociedade justa e igualitária no qual todos possam conviver socialmente respeitando-se o outro com suas diferenças e individualidades.

No Atendimento Especializado, esses valores devem ser reavivados todos os dias, pois, busca-se não somente contribuir com o desenvolvimento do aluno como também, eliminar as atitudes discriminatórias, orientar a família e a escola regular no tocante ao planejamento de estratégias e recursos adaptados a cada realidade individual e a sociedade de modo geral quanto à importância da inclusão social, respeito à diversidade e do direito à convivência para garantir o direito de pertencimento.

As atitudes favoráveis para a construção humana digna, onde todos possam conviver sem discriminação indicam 25 valores essenciais a vida, no entanto, para o atendimento educacional especializado destacam-se:

- ✓ A amizade – é necessário aprender com o outro, compartilhar e viver a colaboração mútua para o fortalecimento e crescimento individual e social;
- ✓ Amor próprio – reconhecer-se como sujeito capaz de aprender, conviver e relacionar-se com os demais;
- ✓ Coragem – o medo faz parte da condição humana, é um estado emocional. No entanto, é preciso estimular o estudante a aprender lidar com o medo para que haja superação das limitações adquirindo autoconfiança;
- ✓ Dedicação – o estudante deve ser estimulado a se dedicar às tarefas que lhe propõem superação das dificuldades e limitações;
- ✓ Flexibilidade – o aluno deve ser estimulado quanto à flexibilidade de aprender coisas novas para que haja mudanças no seu estado condicionado à limitação;
- ✓ Liberdade – reconhecer-se como sujeito capaz de decidir sobre o seu projeto de vida independente de sua condição social;
- ✓ Otimismo – o estudante deve ser estimulado a buscar a sua própria realização pessoal aliando o seu pensamento crítico, o seu direito de ser e estar no mundo mediante condição humana;
- ✓ Perseverança – acreditar no seu potencial independente de suas limitações;
- ✓ Autoconfiança – confiar em si próprio, no seu desenvolvimento pessoal para a rentabilidade do desenvolvimento profissional é um fator que une o que sabe fazer, consegue realizar sozinho e pode progredir com ajuda de outros.

Os fatores essenciais ao desenvolvimento humano vão além das limitações e indicam como deve ser o atendimento especializado e, vislumbra a construção de uma sociedade que se constitui inclusiva com respeito às diferenças individuais, descoberta das potencialidades, equidade, justiça e igualdade de condições de permanência na escola.

2.7 SUPERAÇÃO E PROJETO DE VIDA

A realização pessoal resulta do desejo de conseguir a plenitude interior, a satisfação com a vida que temos. Este desejo é transformado em meta ou objetivo permanente e, em certas ocasiões, em realidade. A superação da pessoa com deficiência depende das condições socioambientais, de práticas, de constructos, entre outros fatores que possam ser engajados por aqueles que, com interesse de conhecer e aprender com a diversidade.

A superação das limitações acontece quando o sujeito se encontra, se ver real, quando participa do seu próprio processo de descobertas, de construção. Aprender a ler pode depender das condições psíquicas e cognitivas, como também das condições sensoriais, contudo, aprender escrever pode depender de condições extra sensoriais, como por exemplo, o engrossamento de um lápis, a escolha de um lápis próprio (HB4, HB6), para quem é acometido por atrofia intramuscular.

A superação é para a pessoa com deficiência a harmonia entre o que se espera entre o real e o imaginário. A realização dessa forma depende dos subsídios, dos desafios que lhes são propostos com respeito às suas especificidades, mas, principalmente às suas individualidades no tocante ao que o estudante espera da educação. A educação transformadora coloca os sujeitos em situações desafiadoras, contudo, de superação e realização.

O ritmo de cada um deve ser respeitado, o que vale é a experiência, o fazer e sentir e o aprender se superar integrando mente e corpo numa relação de movimentos. Embora desafiador, a linguagem corporal expressa através da dança, deixa de ser apenas uma manifestação artística como instrumento de inclusão e passa a ser a descoberta da geometria do corpo, da mente e da relação intrapessoal.

Para reconhecer-se como sujeito de direitos e deveres é preciso se sentir pertencente à sociedade, para tanto, é importante explicitar, os sujeitos independentes de suas limitações possuem um projeto de vida, afinal, ninguém nasce sem sonhos. Cada indivíduo é único e cada ser humano se constitui de acordo com a sua visão de mundo e de pessoa humana. Para tanto, é necessário assimilar os conceitos sobre sociedade, valores éticos, políticos, cultural, entre outros.

A educação no entorno das práticas pedagógicas deve levar em consideração os diferentes projetos de vida, relacionando os conhecimentos construídos à promoção do autoconhecimento de cada sujeito, valorizando os interesses individuais dos estudantes. À escola deve no bojo de suas ações, pensar os interesses individuais no contexto da diversidade das diferenças como parte da cultura e da sociedade de forma geral. A educação como instrumento de inclusão deve permitir a promoção da realização pessoal como valor essencial à vida.

3. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

3.1 PROPOSTAS PEDAGÓGICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

A proposta pedagógica do Atendimento Educacional Especializado se estrutura em torno das especificidades dos estudantes, de acordo a contribuir com a superação das barreiras que os impede de aprender. Nesse propósito, a proposta pedagógica é estruturada buscando orientar as práticas pedagógicas no tocante a: construção do Projeto Político Pedagógico; entrevista com o responsável pelo aluno público alvo da educação especial; elaboração do Plano de Atendimento Individualizado e elaboração do Plano Diário Individualizado.

Dessa forma, no sentido de amparar e desenvolver as práticas pedagógicas quanto à oferta do atendimento especializado, o professor do AEE deverá:

- Executar o Plano de Avaliação Pedagógico durante o percurso do ano letivo;
- Identificar as necessidades educacionais específicas dos estudantes, necessidades essas que nem sempre expressam os laudos e relatórios da área médica; elaborar, definir e organizar os recursos a serem utilizados;
- Planejar as atividades de acordo a minimizar ou eliminar as barreiras de aprendizagem; realizar os atendimentos organizando o tempo cronológico estabelecido no Cronograma de atendimentos (em anexo neste documento);
- Realizar os atendimentos previamente organizados por dias, horário e tipos, se em grupo ou coletivo a fins de criar situações de interação entre os estudantes;
- Comunicar com os professores da escola regular sobre as atividades e estratégias utilizadas às quais o aluno responde aos estímulos; produzir semestralmente relatórios descrevendo os avanços apresentados pelos estudantes;
- Dialogar com a família sobre o desenvolvimento do aluno; fazer registros diários nos prontuários do atendimento do aluno, a realização da atividade, dificuldade (s) apresentada (s) bem como, as expectativas apresentadas pelo estudante em relação à atividade ministrada (atividade do dia).

Nesse mesmo propósito, para fins de concretizar a proposta pedagógica do CRM é fundamental que o professor do AEE: participe de Atividades Complementares na escola regular; faça registros sobre os conteúdos curriculares a

fins de trocar experiências com o professor do ensino regular sobre experiências e a relação da criança com a aprendizagem.

As aulas na Sala de Recursos Multifuncionais (AEE) funcionam de forma lúdica, abordando não apenas aspectos pedagógicos, mas também terapêuticos, de acordo com as necessidades de cada aluno.

São desenvolvidas atividades especializadas, voltadas para reconhecer e minimizar dificuldades que possam limitar a participação do aluno no processo de ensino-aprendizagem, tanto na sala de aula regular quanto em outros contextos escolares e não escolares. O atendimento pode ser individualizado ou em pequenos grupos, com ênfase no desenvolvimento de habilidades e na utilização de recursos adequados.

A sala de recursos é composta por materiais pedagógicos e recursos específicos, como materiais táteis, recursos visuais e materiais produzidos pelo próprio professor para suprir as demandas individuais dos alunos.

Cada estudante atendido possui um Plano de AEE, que é um documento que descreve suas necessidades específicas, os objetivos a serem alcançados e as estratégias que serão utilizadas ao longo do processo. Também sendo utilizado, a partir do Decreto nº 12.686 (2025), o PAEE e PEI com a finalidade de orientar o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula comum, o trabalho desenvolvido no âmbito do AEE, as atividades colaborativas no estabelecimento de ensino e as ações de articulação intersetorial.

Dessa forma, os alunos são acolhidos de forma carinhosa e afetuosa, em um ambiente seguro e acolhedor, no qual se sintam confortáveis para aprender e se desenvolver. Todo o processo envolve um olhar atento às suas particularidades e às interações positivas, tanto com o professor quanto com os colegas.

3.2. COMO O ALUNO É AVALIADO NO SEU DESENVOLVIMENTO

A avaliação no Centro de Atendimento Especializado é um aparato para as descobertas de habilidades e dificuldades discentes. É um guia que tem por finalidade amparar a função pedagógica ao longo do processo do atendimento educacional especializado. Com isso, são adotados os seguintes critérios:

Avaliação diagnóstica - com o propósito de identificar as dificuldades e habilidades do aluno e então construir um Plano de Atendimento individualizado e assim melhor atendê-lo.

A **Avaliação individualizada** - enquanto processo formativo, objetivando elaborar atividades e organizar recursos para suprir as necessidades específicas discentes; acompanhar o desenvolvimento do estudante no processo de alfabetização bilíngüe; observar as condições psicomotoras do estudante com o intuito de direcionar as atividades de estímulo á motricidade; analisar o tempo de assimilação, acomodação do aluno, para elaborar atividades de estímulo cognitivo; observar o desenvolvimento social do estudante e, construir atividades de estímulo a comunicação, interação, afetividade, dentre outros estímulos necessários para desenvolver habilidades sociais; elabora relatório pedagógico – este será compartilhado com a escola regular e a família, tem o propósito de intensificar a ação pedagógica tanto no AEE, quanto na escola regular, buscando parceria entre AEE, família e escola, rumo ao progresso discente.

Avaliação Descritiva é o momento de compreender a relação do estudante com a aprendizagem, entender como este contribui com o seu próprio desenvolvimento, o que pode ser inserido enquanto recurso fomentador da aprendizagem e em especial, avaliar a ação pedagógica enquanto prática de ensino aprendizagem.

3.3 RELATÓRIO DESCRITIVO E AS MENÇÕES NECESSÁRIAS

O Relatório descritivo é um instrumento de avaliação indissociável no Atendimento Educacional Especializado, pois, trata-se da concretização da ação pedagógica durante o processo de avaliação e intervenção frente ao contexto das diferentes experiências de vida do estudante.

Deve-se descrever de forma coerente: a identificação do aluno; necessidades específicas; se faz acompanhamento com profissional especialista da área da saúde; atividades propostas e a contextualização específica de cada atividade; avanços nas áreas cujas atividades foram desenvolvidas de forma a estimulá-las; se faz uso do sistema linguístico bilíngüe (este para aluno com surdez ou com surdo-cegueira), ou do Braille, qual a relação do aluno com a aprendizagem; qual a relação

do estudante com a família; possíveis encaminhamentos aos profissionais da área da saúde; continuidade nos atendimentos e ainda, após impresso, datados e assinados de forma manuscrita pelo professor responsável pelo atendimento e pelo Coordenador (a) pedagógico (a) do estabelecimento.

3.4 PROPOSTA DE CONSTRUÇÃO DO PORTFÓLIO

O portfólio é constituído pelos trabalhos realizados pelo aluno e as reflexões deste sobre os mesmos. O segundo grupo de portfólio compõe-se uma síntese dos melhores trabalhos e reflexões do aluno, justificando as suas escolhas, tendo como finalidade evidenciar todo o seu potencial. O portfólio é um documento que explicita um trabalho estruturado e organizado com: dados de identificação do aluno; fichamentos de observações feitas pelo professor do AEE durante o semestre de atendimento; produções artísticas – desenho, pintura, recorte. Colagem; relatório pedagógico; PAI – Plano de Atendimento Individualizado de acordo com as especificidades e a avaliação descritiva.

O portfólio deve ainda ser construído obedecendo à definição por etapa de ensino, respeitando-se a idade cronológica do aluno, a série/ano em curso e características de deficiência, pois, a fundamentação da existência do Portfólio em sua essência se encontra na representatividade do ato de avaliar com sentido de formar, avaliar para compreender como o aluno aprende e como se ensina.

O portfólio é mais do que uma mera ferramenta a subsidiar a avaliação da aprendizagem. Na verdade, ele é também um espaço para registrar a vida do aluno. Vidas a serem acompanhadas e desveladas, analisadas e compreendidas por professores e pais, bem como pelas próprias crianças, que nele se encontram e por meio dele trocam informações, compartilham sonhos, tecem esperanças. (MAGALHÃES; SOUZA, 2013, p. 245).

3.5 AVALIAÇÃO DESCRITIVA EDUCAÇÃO INFANTIL

A avaliação descritiva enquanto instrumento de aprendizagem no atendimento educacional especializado na etapa da Educação Infantil deve avaliar o desenvolvimento da criança em relação:

Aspectos motores – equilíbrio corporal atende a comandos quando solicitado a bater palmas, acompanhar os movimentos das mãos, acompanhar o movimento dos objetos com os olhos, pula, salta, domínio de lateralidade, coordenação motora grossa e fina, apresenta traços definidos, circula com precisão, posiciona o pé ou mão em cima de um desenho, etc.;

Autonomia – realizar atividades do cotidiano por si mesma, de acordo com seu estágio de desenvolvimento. Envolve não apenas **ações práticas**, como se alimentar, se locomover, guardar seus materiais ou ir ao banheiro, mas também aspectos **cognitivos e emocionais**, como fazer escolhas, expressar opiniões, resolver pequenos problemas e compreender regras básicas de convivência.

Aspectos sociais – forma de comunicação é através de gestos, apresenta fluência na fala, apresenta comunicação bilíngue;

Aspectos cognitivos – identifica letras e símbolos, consegue formar sílabas, identifica números, páginas de livros e revistas, interage por meio da comunicação oral, apresenta interesse por instrumentos tecnológicos, consegue ver um vídeo interativo até o final sem se levantar, consegue distinguir números e letras? Identifica cores e formas geométricas simples, faz seleção e seriação.

3.6 AVALIAÇÃO DESCRITIVA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Avaliação Descritiva dos estudantes público alvo da Educação Especial inscritos no Ensino Fundamental Séries Iniciais deve avaliar:

Aspectos motores – o desenvolvimento da motricidade ampliada, fina e refinada, reconhecimento das partes do corpo e a sua importância no contexto da dança e dos movimentos organizados, ritmos, desenho e ampliação.

Aspectos sociais - desenvolvimento da comunicação verbal, gestual, capacidade de expressar, argumentar e socializar;

Aspectos cognitivos – compreender o sistema linguístico que utiliza interpretar pequenos textos como tirinhas, gibis, diferenciar textos diversos, realizar operações matemáticas com o uso do soroban e material dourado, usar instrumentos tecnológicos (realizar pesquisa utilizando o microfone), completar

palavras e reescrevê-las, recontar fatos, passar recados, usar a máquina Braille para a comunicação escrita, compor números a partir de enunciados orais.

3.7 AVALIAÇÃO DESCRITIVA ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A avaliação nos anos finais do ensino fundamental deverá observar o rendimento de acordo com os aspectos a ser desenvolvido, desse modo, o desenvolvimento dos aspectos:

Aspectos motores - conhece o seu próprio corpo e acompanha ritmos, expressa organização espacial e temporal, utiliza formas para compor um corpo a partir de comandos, exercício de simetria, desenvolvimento da distinção simétrica e assimétrica, substituir comandos orais por movimentos num determinado ritmo, constância no formato e tamanho das letras, realização de escrita em pautas e espaços.

Aspectos sociais - se comunica utilizando o sistema linguístico com autonomia apresenta iniciativa, repertório de palavras ou responde apenas afirmando ou negando balançando a cabeça argumenta com precisão, compreende a função social da moeda corrente, apresenta autonomia para fazer compras em mercado, participa de rodas de conversa, demonstra reações a frustrações e mudanças de rotina, apresenta controle da impulsividade da fala.

Aspectos cognitivos - interpreta imagens, compreende enunciados escritos, faz leitura de textos, forma texto com sentido completo a partir de fragmentos, mantém a atenção sustentada nas atividades de raciocínio lógico.

3.8 AVALIAÇÃO DESCRITIVA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A avaliação descritiva na Educação de Jovens e Adultos deve considerar os aspectos motor, aspectos cognitivos e os aspectos sociais. Desse modo:

Aspecto motor: o desenvolvimento psicomotor adequado possibilita o domínio sobre o próprio corpo. Mas também, dos aspectos emocionais que contribui para o desenvolvimento das capacidades cognitivas. Dessa forma, avalia-se o desenvolvimento dos movimentos, da organização da lateralidade, organização temporal e espacial, coordenação motora e esquema corporal.

Aspecto social: a organização familiar, a autonomia, a construção dos vínculos afetivos e a motivação.

Aspecto cognitivo: atenção e concentração, atenção compartilhada, raciocínio lógico, memória de curto e longo prazo, relações com experiências de vida e conhecimentos prévios, organização do pensamento e resolução de problemas.

3.9 RELAÇÃO PEDAGÓGICA DO CENTRO DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS COM A ESCOLA REGULAR

O diálogo entre professor e coordenação do C-AEE e profissionais da escola regular são peças chave para o sucesso escolar do aluno com deficiência, síndrome ou transtorno, é parte fundamental do processo de ensino e aprendizagem, sem a união de forças e engajamento das forças profissionais dessas duas instituições o insucesso beira o fracasso escolar discente. Desse modo cabe ao professor do AEE:

- ✓ Manter diálogo frequente com o professor da escola regular;
- ✓ Compartilhar experiências, bem como atividades e avanços do aluno;
- ✓ Compartilhar estratégias e metodologias de trabalho específicos utilizados no C-AEE;
- ✓ Participar de reuniões e formações na escola junto ao professor do ensino regular com a finalidade de participar do planejamento curricular, conhecer os objetivos de ensino e aprendizagem propostos e de colaboração mútua;
- ✓ Acompanhar o desenvolvimento discente na escola regular;
- ✓ Analisar junto ao professor do ensino regular, o contexto escolar, social e familiar, no sentido de promover e assegurar de fato, a inclusão do aluno;
- ✓ **Atuar de forma interdisciplinar com outros profissionais da escola,** como coordenação pedagógica, equipe gestora, auxiliar de sala para alunos com deficiência e, se necessário, profissionais da saúde e assistência social;
- ✓ **Apoiar na sensibilização da turma** e da comunidade escolar, promovendo ações de conscientização sobre inclusão e respeito à diversidade;
- ✓ **Auxiliar na construção de avaliações acessíveis,** garantindo que o aluno tenha meios adequados para demonstrar o que aprendeu.

Cabe fazer levantamento de alunos com NEE's junto à escola regular com a finalidade de inscrição do aprendente no C-AEE; Participar de reuniões

mensal/bimestral/semestral quando solicitada; promover reunião com gestores e coordenadores regular e quando possível com o professor do ensino regular; participar de reuniões do conselho escolar; contribuir com o fortalecimento do vínculo família e escola; compartilhar o Plano Individualizado com a escola regular; Visitas periódicas à escola regular.

4. POLÍTICA DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS NO AEE

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), por sua natureza inclusiva, precisa estar comprometido também com a promoção das relações étnico-raciais pautadas no respeito, na valorização das identidades e no combate ao racismo. Muitos estudantes com deficiência pertencem a grupos étnico-raciais historicamente marginalizados, como a população negra e indígena, e vivenciam múltiplas formas de exclusão.

Nesse contexto, é essencial que o AEE considere não apenas as especificidades da deficiência, mas também os marcadores sociais de raça, etnia e cultura assim como determina a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, pois o AEE complementa e/ou suplementa a escolarização do estudante com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades.

Portanto, ele deve estar articulado ao currículo comum da escola, já que, se o currículo comum deve contemplar as relações étnico-raciais, então o AEE também precisa incorporar esse olhar. Nesse sentido é fundamental a representatividade negra e indígena nos materiais, o combate ao racismo e à exclusão múltipla (por deficiência e por raça) e atividades culturais acessíveis que respeitem e celebrem as diferenças étnico-raciais.

4.1 AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA SALA DE RECURSOS

Por meio de atividades lúdicas, informativas e inclusivas. É crucial abordar o tema de forma sensível e adaptada, utilizando linguagem acessível e promovendo a empatia e o respeito às diferenças. É fundamental que crianças e adultos tenham acesso a informações sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena, bem como sobre o racismo estrutural e suas consequências. É importante usar palavras que as crianças entendam, explicando que, infelizmente, algumas pessoas são tratadas de forma injusta por causa da cor da pele, e que isso não é correto. É preciso incentivar as crianças a se colocarem no lugar do outro, pensando em como se sentiriam se fossem excluídas ou maltratadas por causa de suas características físicas.

Os brinquedos e brincadeiras que apresentem diversidade de etnias e culturas são estratégias que podem ser utilizadas, mostrando que não existe um padrão único de beleza ou de comportamento. Outras atividades são as oficinas de pintura com diferentes tons de pele, contação de histórias sobre personagens negros e indígenas, e outras atividades que promovam a valorização da diversidade e o respeito às diferenças.

Utilizar jogos e brincadeiras de diferentes culturas é fundamental para que as crianças conheçam e valorizem a diversidade, também trazendo histórias acessíveis sobre Zumbi dos Palmares, cultura quilombola ou indígena, materiais concretos e visuais (bonecos, imagens, símbolos), músicas africanas, indígenas ou ciganas com recursos multisensoriais e as produções artísticas com inspiração em grafismos indígenas são jogos e materiais que vão despertar nos aprendentes a sua identidade. Dessa forma haverá a promoção de uma educação mais justa, inclusiva e consciente da diversidade.

5. POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Promover uma educação antirracista no Atendimento Educacional Especializado é reconhecer que cada estudante carrega uma história, uma identidade e uma força própria, que precisam ser acolhidas com sensibilidade, respeito e compromisso ético. Para os alunos público-alvo da Educação Especial, essa política torna-se ainda mais urgente, pois compreendemos que as barreiras enfrentadas por eles não são apenas físicas, pedagógicas ou comunicacionais, mas também sociais históricas e culturais.

Assumimos, portanto, que o AEE deve ser um espaço onde todas as crianças e jovens, especialmente os estudantes negros, indígenas ou pertencentes a outros grupos racializados, encontrem segurança para existir, aprender e se expressar. O combate ao racismo no Centro de Recursos Multifuncionais é um gesto cotidiano, traduzido em práticas pedagógicas inclusivas, na revisão de materiais didáticos, no uso de imagens e referências positivas e diversas, e no cuidado com a linguagem que acolhe e não fere.

A educação antirracista no AEE busca garantir a cada estudante o direito de ser visto em sua totalidade. Isso significa reconhecer a intersecção entre deficiência, raça, identidade e território, criando condições para que todos tenham acesso ao currículo, aos recursos de acessibilidade e às tecnologias assistivas, mas também ao afeto, à representatividade e ao sentimento de pertencimento.

O compromisso do CRM é construir um espaço onde as diferenças não sejam motivo de exclusão, mas fonte de aprendizado e riqueza humana. Para isso, investimos na formação contínua da equipe, no diálogo com as famílias e na criação de ambientes que valorizem histórias, culturas e saberes ancestrais. O Centro de Recursos Multifuncionais torna-se, assim, um lugar onde cada estudante é convidado a reconhecer sua própria potência e dignidade, livre de preconceitos e discriminações.

Esta política reafirma nosso desejo de cultivar uma educação que não reproduza desigualdades, mas que transforme vidas. Uma educação que acolhe, que escuta, que ilumina caminhos. Uma educação antirracista, inclusiva e profundamente humanizada.

6. DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

6.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA

A rotina de atendimentos do aprendiz com deficiência intelectual deve ser pensada de acordo a possibilitar o desenvolvimento nas múltiplas dificuldades que o aprendiz possa apresentar, pois, o pressuposto fundamental de qualquer trabalho educacional é acreditar na possibilidade da mudança do outro.

Nesse propósito é primordial pensar: nas diferentes estratégias de aprendizagem; o planejamento das estratégias; fatores que influenciam o desenvolvimento; as diferentes fases do desenvolvimento de acordo com a idade mental e cronológica do aluno; antecipar mudanças na rotina com explicações simples; estimular autonomia; desenvolver a socialização e linguagem; incentivar o desenvolvimento emocional e comportamental.

Para que haja inclusão é preciso reconhecer antes de tudo, que para estar no mundo é necessário vivê-lo e dele participar.

6.2. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

No contexto da Educação Infantil e, relacionando o desenvolvimento da criança é preciso ter o conhecimento do desenvolvimento “normal” em seus aspectos cognitivos, afetivos e sociais. Contudo, para compreender em que circunstâncias esses aspectos se desenvolvem é necessário entender as fases do desenvolvimento inerentes ao indivíduo, pois estes constituem a base da organicidade humana e avaliável clínica e pedagogicamente na perspectiva da progressão dos sujeitos.

Vale ressaltar dentro desse contexto, o desenvolvimento intelectual humano no campo da experiência do pensamento, da linguagem e da afetividade constituem o campo intelecto, conectando – se é desenvolvendo-se integralmente.

Vínculos afetivos – o toque, o abraço e a demonstração de cuidado e carinho possibilitam maior interesse da criança em participar das atividades e em especial o controle das emoções.

Linguagem - A linguagem é o maior recurso que o ser humano possui para

alcançar tudo quanto mais deseja na vida. Por isso cada pessoa depende da linguagem para viver em sociedade, pois ela é a base da cultura e dificilmente haveria civilização se não fosse o emprego da linguagem.

Aspecto cognitivo – Os aspectos cognitivos atuam como motor no processo de aprendizagem. A cognição é o ato que consiste em processar as informações. A função dessa habilidade é o de perceber, integrar, compreender e responder adequadamente a todos os estímulos do ambiente de uma pessoa.

Em relação à atenção e concentração – a atenção é a capacidade de manter o foco naquilo que você está fazendo. Atenção é perceber os detalhes e nuances do que está sendo feito.

Segundo Vygotsky (1983), a atenção passa a ser voluntária por meio do desenvolvimento cultural. A atenção voluntária inclui o domínio desse processo com o auxílio de estímulos-meios que permitem revelar o processo interno da atenção e assim a possibilidade do seu controle.

Aspecto da motricidade – A motricidade refere-se, portanto, a sensações conscientes do ser humano em movimento intencional e significativo no espaço-tempo objetivo e representado, envolvendo percepção, memória, projeção, afetividade, emoção, raciocínio. Evidencia-se em diferentes formas de expressão – gestual, verbal, cênica, plástica, etc.

6.3 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Cada etapa da educação básica se constitui como um pilar a ser construído. No C-AEE respeitando-se as limitações do aluno, o trabalho precisa ser uma resposta às limitações para que haja superação das dificuldades apresentadas. Nesse propósito, as especificidades para os anos iniciais do ensino fundamental, alunos com necessidades especiais atendido no C-AEE deve: desenvolver os aspectos cognitivos, afetivos e sociais e motores.

No contexto dos aspectos a serem desenvolvidos o jogo pedagógico tem função primordial, além de fomentar a aprendizagem através do material concreto utilizado, desenvolve habilidades fundamentais como a capacidade de interagir, socializar, argumentar, criar, explorar, organizar, selecionar, participar, lembrar conceitos apreendidos anteriormente, entre outros.

De acordo com Kishimoto (2000) para o desenvolvimento do raciocínio lógico matemático, o mediador deve organizar jogos voltados para classificação, seriação, sequência, espaço, tempo e medidas. A introdução de jogos como recurso didático nas aulas de matemática é tida como possibilidade para diminuir os bloqueios apresentados por alguns alunos, a respeito da matemática.

O caráter de integração e interação contidas nas atividades lúdicas permite a integração do conhecimento com ações práticas, implicando também na ampliação de possibilidades de avaliação pedagógica. É possível verificar que os jogos possibilitam a motivação do estudante na realização das atividades propostas. Segundo Vygostky, a motivação é um dos fatores principais não só para o sucesso da aprendizagem, como também é pela aquisição, contribuindo para o desenvolvimento intelectual.

O homem é um ser histórico-cultural, necessita de interação com o meio e com o objeto de conhecimento fornecido pelo meio, os jogos não apenas contribuem para distrair, como também permite o desenvolvimento das habilidades operatórias.

Contudo, é necessário fazer uso dos jogos de forma intencional, compreender os jogos como recursos que possibilitam a avaliação e intervenção pedagógica para o sucesso do trabalho e a garantia da aprendizagem do aluno.

Leitura e escrita enquanto objeto social – o processo de aquisição da leitura e escrita para o aluno com necessidades educacionais especiais é um processo que envolve bem mais que o contato com o material concreto, é necessário receber estímulos que contribuam para a interiorização dos conceitos. É necessário construir diferentes estratégias metodológicas, variando materiais que desperte nestes a motivação, a curiosidade e o interesse em aprender, sendo também fundamental observar e despertar o interesse do aprendente em histórias, livros e jogos com letras, trazendo atividades repetidas, porém de formas variadas, em diferentes contextos. É importante construir ainda, vínculos com o aluno como afetividade, respeito e confiança, favorecendo a autonomia enquanto fator de sociabilidade.

O material concreto favorece o desenvolvimento da atenção e concentração, desde que seja adaptado de acordo a responder a especificidade, tem-se como exemplo a atenção e concentração com o uso de jogos de encaixe, o aluno é estimulado a perceber as diferenças nas peças e aonde estas podem encaixar

perfeitamente, exigindo do aluno tanto a manipulação enquanto contato quanto a compreensão das particularidades de cada peça, o mesmo acontece com o jogo de rimas com imagens para desenvolver a consciência fonológica onde a criança precisa escolher a imagem de pareamento sons, a imagem vai cumprir o papel de estimular a compreensão do conceito de “rima” enquanto recurso para a alfabetização e letramento.

Desse modo, o cerne da intervenção pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental é conduzir o aluno no caminho da aprendizagem para que este tenha autonomia nas práticas sociais – compreendendo o sistema linguístico que utiliza na e pela interação social, desenvolvendo o pensamento criativo, o senso de responsabilidade, compreendendo seus direitos enquanto cidadão e os seus deveres num sistema integrado de saberes constituintes e responsabilidade social.

6.4. ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

O Atendimento Educacional Especializado visa à elaboração de recursos pedagógicos e opera segundo os critérios da Educação Especial que versa sobre os recursos e serviços cuja elaboração e produção possam suplementar e/ou complementar os conteúdos curriculares, em síntese, é no AEE que o aprendente encontra suporte através de diferentes estímulos específicos que respondam as especificidades individuais.

Desse modo, as especificidades para os anos finais do ensino fundamental devem ser organizadas respeitando-se: educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais/ Língua Portuguesa para alunos com surdez; aquisição da língua escrita em BRAILLE; orientação e mobilidade; ampliação de repertório da fala para alunos com autismo; atividades de ampliação da motricidade refinada; Cálculo com material dourado; leitura e escrita, bem como reescrita de textos diversos; uso de tecnologias assistivas e da Comunicação Alternativa (CA); a arte incluindo suas formas benéficas e terapêuticas e a função de manter a atenção sustenta; Comunicação alternativo-aumentativa; informática educativa; Soroban, Multiplano; Atividades de Vida Autônoma, (esta última deve ser direcionada a pessoas com mobilidade reduzida como o deficiente físico, a pessoa com deficiência visual, autista e deficiente intelectual moderado e severo), são pessoas que apresentam dificuldades

em cumprir com a higiene corporal e apresentam dificuldades em alimentar-se sozinhos, vestir-se, dentre outras.

6.5. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As especificidades para a Educação de Jovens e Adultos no C-AEE, devem de acordo com o ano e com as necessidades do aluno respeitando suas individualidades e peculiaridades, muito embora haja por diversos motivos um atraso em relação à idade cronológica e ao ano cursado, há de pensar diferentes estratégias para garantir a re(construção) do vínculo aluno/escola e dentro dessa reconstrução inserir um planejamento individualizado que responda as necessidades específicas e possa garantir o progresso do aluno na escola regular.

Desse modo, as especificidades atuarão como um conjunto de atividades identificadas e elaboradas considerando de modo geral a defasagem existente no processo de alfabetização, capacidade de raciocínio lógico e o desenvolvimento da coordenação motora fina. Contudo, deve ser pensado no âmbito dos estímulos necessários para o aprendizado do aluno da EJA, no campo das necessidades específicas, construir meios para oferecer estímulos necessários que possam desenvolver a autoestima como caminho para a construção de sua caminhada na sociedade aí incluídas as perspectivas de formação e qualificação para o mundo do trabalho.

O grande desafio, nesse sentido, é garantir o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos que apresentam especificidades sensoriais, cognitivas, físicas e psíquicas no sistema regular de ensino. Contudo, no C-AEE, as atividades deverão ser de estímulo a cada área afetada, sejam elas, área cognitiva, motora, social e no lócus do atendimento específico, pensar o incentivo e a motivação como mola propulsora de inclusão, superação e realização pessoal.

7. ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

7.1. NÍVEIS E CONTEXTUALIZAÇÃO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), conforme denominado pelo DMS-5, o Manual de Diagnóstica e Estatística dos Transtornos Mentais, também conhecido pela sua denominação antiga (DSM IV): autismo é um transtorno neurobiológico caracterizado por comprometimento da interação social, comunicação verbal e do comportamento restrito e repetitivo.

São sinais sugestivos no primeiro ano de vida: perder habilidades já adquiridas, como balbucio ou gesto dêitico de alcançar, contato ocular ou sorriso social; não se voltar para sons, ruídos e vozes no ambiente; não apresentar sorriso social; baixo contato ocular e deficiência no olhar sustentado; baixa atenção à face humana (preferência por objetos); demonstrar maior interesse por objetos do que por pessoas; não seguir objetos e pessoas próximos em movimento; apresentar pouca ou nenhuma vocalização; não aceitar o toque; não responder ao nome; imitação pobre; baixa frequência de reciprocidade social, bem como restrito engajamento social (pouca iniciativa e baixa disponibilidade de resposta) interesses não usuais, como fixação em estímulos sensório-visuo-motores; incômodo incomum com sons altos; distúrbio de sono moderado ou grave; irritabilidade no colo e pouca responsabilidade no momento da amamentação.

A contextualização da rotina específica para autistas devem levar em consideração suas reais necessidades e habilidades, para tanto, é importante que o professor do AEE mantenha diálogo permanente com a família do aluno e conheça sobre a sua rotina em casa. Interaja com o professor do ensino regular para se informar sobre a relação do aluno com a aprendizagem na escola regular e assim, possa construir uma rotina contextualizada, o que implica dizer, de maximização do potencial de comunicação e interação social.

A criança com autismo necessita de previsibilidade no seu dia-a-dia. A antecipação dos acontecimentos faz com que ela se sinta segura, por isso é tão importante uma rotina pré-estabelecida. A elaboração da rotina para o aluno com

autismo no AEE, deve ser organizada conforme a realização dos atendimentos, explicitando através de imagens prefixadas e conter as informações visuais necessárias como: momento de sentar para realizar a leitura de imagem na revista ou livro, dançar e pintar.

O professor deverá sempre que for iniciar uma atividade, mostrar a plaquinha contendo a imagem; na atividade que envolve lateralidade, realizar o movimento antecipando o movimento que o aluno deverá realizar como: levantar o braço direito, a perna esquerda, para frente, para trás; na realização de atividades dirigidas (redução de comportamentos estereotipados), segurar o rosto da criança para atrair a atenção da mesma e estimular o contato visual; na produção da habilidade verbal, sempre que o aluno tocar um objeto falar o nome devagar e de forma clara para que o mesmo construa a relação nome-objeto. Ensinar cores, utilizar materiais e recursos, exemplo: o lápis azul, o lápis preto, o pincel é amarelo, a tinta é vermelha.

É importante explicitar, de modo geral, a pessoa com autismo não possui deficiência auditiva (existem casos, mas, que não estão associados ao autismo), portanto, não faz contato social e por isso omite a fala e passa a ser considerado não verbal. A estimulação precoce é considerada um ponto crucial para a inibição de comportamentos atípicos além do mais, jogos e brincadeiras envolvendo música, gestos e movimentos corporais estimulam as **funções executivas**, porque as crianças têm de se mover em um determinado ritmo e sincronizar palavras e ações com o andamento da música. Todas essas tarefas colaboram com o controle inibitório e a memória de trabalho que consideravelmente contribuem para o desenvolvimento integral da criança.

7.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) NO AEE

A prática pedagógica com alunos do espectro autista deve ser voltada para o desenvolvimento da **autonomia, comunicação e aprendizagem funcional**, sempre respeitando as características individuais de cada estudante. A alfabetização de crianças com TEA vai além do simples ensino de letras e palavras, exigindo a adaptação das metodologias para atender às suas necessidades sensoriais, emocionais e cognitivas, respeitando suas formas únicas de perceber, processar e

interagir com o mundo. Sem a compreensão clara e estratégias bem definidas, essas crianças podem acabar sendo excluídas do processo educacional, o que pode comprometer tanto seu progresso escolar quanto suas interações sociais. Por isso é fundamental que haja:

1. Criação de Rotinas Visuais - o uso de imagens, símbolos ou fotos para representar atividades do dia a dia (entrada, lanche, roda, brincadeira, saída etc.) é usado por crianças com autismo para que se sintam mais seguras com previsibilidade. As rotinas visuais ajudam na compreensão do tempo, reduzem a ansiedade e facilitam a transição entre atividades.

2. Ambiente Estruturado e Acolhedor - a organização do espaço de forma clara e funcional, com cantinhos específicos para cada atividade ajuda na estrutura, facilita a concentração e auxilia a criança a entender o que se espera dela. Outras opções que podem ser pensadas são espaços delimitados com tapetes, estantes baixas, sinalizações com cores ou figuras.

3. Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) - estratégias e recursos para facilitar a comunicação podem ser aderidos, como por exemplo as PECS – sistema de troca de figuras, pranchas de comunicação, gestos. Muitas crianças com TEA têm dificuldades na linguagem verbal, e a CAA possibilita que elas se expressem e compreendam melhor. Pode ser aplicada através de apresentações sobre as figuras, incentivando o uso para solicitar brinquedos, ir ao banheiro e pedir ajuda.

4. Atividades Sensorialmente Agradáveis - propostas que exploram os sentidos (tato, visão, audição, olfato, paladar). Podem auxiliar na estimulação a integração sensorial, e é importante para o desenvolvimento e para a regulação emocional. Atividades através de cesto dos tesouros com diferentes texturas; Massinha caseira, areia mágica, pintura com os dedos; Circuitos motores com obstáculos baixos; Garrafas sensoriais com glitters, líquidos coloridos, sementes e etc.

5. Brincadeiras Estruturadas com Regras Simples - atividades lúdicas com começo, meio e fim bem definidos podem favorecer a compreensão de regras sociais, espera e cooperação. Jogos de encaixe, dominós ilustrados, jogo da memória com imagens familiares, jogos de sequência são estratégias eficazes.

6. Modelagem e Imitação - Atividades que envolvem imitação são estratégias possíveis para trabalhar com alunos com TEA, pois eles aprendem muito por observação e repetição. O adulto ou colegas podem mostrar uma ação para a criança imitar (ex.: bater palmas, pular, dançar), e atividades musicais com coreografias simples, imitação de animais, expressões faciais no espelho também são recursos que podem fazer parte das intervenções.

7. Adaptação Curricular Flexível - Através de ajustes nas atividades para atender às necessidades e potencialidades da criança. Garantindo equidade e participação real. A aplicação ocorrerá através da redução da complexidade de algumas tarefas, aumentando o tempo de execução, utilizando materiais concretos e coloridos, aceitando diferentes formas de expressão de aprendentes.

8. Envolvimento da Família - a parceria constante entre escola e responsáveis é fundamental, pois a continuidade das práticas entre casa e escola promove avanços significativos. Através de diários de comunicação, vídeos curtos de atividades essa parceria pode acontecer de forma eficiente.

10. Uso de Músicas e Histórias Sociais - cantar músicas com gestos, usar histórias curtas que explicam comportamentos e situações sociais auxiliam na linguagem, atenção e compreensão de regras. As músicas podem ser de rotina ("guardar o brinquedo", "hora do lanche"), criar histórias com personagens que vivenciam situações como "esperar a vez", "usar o banheiro", "fazer amigos".

8. ATENDIMENTO AO ALUNO COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

8.1 CARACTERIZAÇÕES DAS DEFICIÊNCIAS FÍSICAS

Conforme o Decreto n. 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontramos o conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3...: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4...: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

É necessário que o professor do AEE, conheça a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física para definir estratégias de ensino que contribuam com o desenvolvimento do potencial do aprendiz.

Respeitando suas limitações, utilizando recursos didáticos e equipamentos específicos para a sua educação, viabilizando a participação dos mesmos e não somente integrando-os, é a participação quem determina a inclusão e para que isso aconteça é extremamente necessário transformar o ambiente de ensino e as práticas pedagógicas e assim, oferecer melhores condições de aprendizado.

8.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA

Na deficiência física encontramos uma diversidade de tipos e graus de comprometimento que requerem um estudo sobre as necessidades específicas de cada pessoa.

Para que o educando com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança.

É o Atendimento Educacional Especializado, que deverá realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. O objetivo é que o aluno tenha um atendimento especializado capaz de melhorar a sua comunicação e a sua mobilidade.

Por esse motivo, o Atendimento Educacional Especializado faz uso da Tecnologia Assistida direcionada à vida escolar do educando com deficiência física, visando à inclusão escolar. A Tecnologia Assistida, segundo Bersch (2006, p. 2) “deve ser entendida como um auxílio que promoverá a ampliação de uma habilidade funcional deficitária ou possibilitará a realização da função desejada e que se encontra impedida por circunstância de deficiência”.

Assim, o Atendimento Educacional Especializado pode fazer uso das seguintes modalidades da Tecnologia Assistida, visando à realização de tarefas acadêmicas e a adequação do espaço escolar.

a) Uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa, para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala e de escrita.

b) Adequação dos materiais didáticos pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado, tesouras adaptadas, entre outros.

c) Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica. Não é uma categoria exclusivamente de responsabilidade dos professores especializados que atuam no AEE. No entanto, são os professores especializados, apoiados pelos diretores escolares, que levantam as necessidades de acessibilidade arquitetônica do prédio escolar.

d) Adequação de recursos da informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, Programas especiais, acionadores, entre outros.

e) Uso de mobiliário adequado – mobiliário escolar, mesas, cadeiras, quadro, prancha e recursos de auxílio à mobilidade – cadeiras de rodas, andadores, etc.

A educação das pessoas com deficiência física precisa ser repensada a partir dessa contextualização como uma questão histórica, buscando superar uma leitura abstrata da mesma. É preciso que consideremos o conjunto de características físicas ao interagirmos com o indivíduo com deficiência física, que saibamos

favorecer o seu desenvolvimento humano, caso contrário, estaremos contribuindo para o desenvolvimento da deficiência.

8.3 ESPECIFICIDADES PARA A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O desenvolvimento global de uma criança acometida por lesões cerebrais será mais lento em todos os aspectos. Contudo, a(s) prática(s) pedagógica(s) inclusiva(s) no C-AEE, deve objetivar o desenvolvimento das seguintes habilidades:

- ✓ Despertar o desejo pelo brincar;
- ✓ Experimentar diferentes texturas;
- ✓ Explorar visualmente diferentes ambientes;
- ✓ Executar atividades com blocos de montar;
- ✓ Observar o seu próprio corpo e o do outro;
- ✓ Classificar objetos do seu cotidiano e, diferenciar formas simples.

Quando imaginamos o “fazer” da criança, logo pensamos no seu brincar. O brincar é o meio pelo qual a criança constrói, executa, aprende. A criança com paralisia cerebral, como consequência da sua incapacidade de movimentar-se, de explorar o ambiente físico, etc. terá muita dificuldade para esse brincar, sendo assim, seu construir, executar, aprender ficam prejudicados.

Segundo Piaget, nossa capacidade de explorar fisicamente os objetos faz com que classifiquemos e estabeleçamos uma ordem entre eles. Dessa forma, quando observamos a criança com paralisia cerebral, constatamos sua incapacidade de construir esquemas para executar certas atividades em função de suas dificuldades motoras, sensoriais e cognitivas, prejudicando grandemente o brincar. Devemos então propiciar os momentos do brincar tornando-o facilitador para essas crianças, interagindo com elas como sendo parte ou extensão do seu próprio corpo. É o fazer com ela e não o fazer por ela.

Existe uma regra geral para o atendimento especializado, pois é um serviço que deve atentar especialmente a oferecer estímulos para que o aluno de modo geral desenvolva o aspecto indissociável para o desenvolvimento do aluno, tais aspectos são considerados de acordo com as neurociências como mola propulsora para aprendê-lo. Descrevem-se:

Aspecto da motricidade – A motricidade refere-se, portanto, a sensações conscientes do ser humano em movimento intencional e significativo no espaço-tempo objetivo e representado, envolvendo percepção, memória, projeção, afetividade, emoção, raciocínio. Evidencia-se em diferentes formas de expressão – gestual, verbal, cênica, plástica, etc.

Atenção e concentração – A atenção é a capacidade de manter o foco naquilo que você está fazendo. Atenção é perceber os detalhes e nuances do que está sendo feito.

Linguagem - A linguagem é o maior recurso que o ser humano possui para alcançar tudo quanto mais deseja na vida. Por isso cada pessoa depende da linguagem para viver em sociedade, pois ela é à base da cultura e dificilmente haveria civilização se não fosse o emprego da linguagem.

Aspecto cognitivo – Os aspectos cognitivos atuam como motor no processo de aprendizagem. A cognição é o ato que consiste em processar as informações. A função dessa habilidade é o de perceber, integrar, compreender e responder adequadamente a todos os estímulos do ambiente de uma pessoa.

8.4 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nos anos iniciais do ensino fundamental o estudante com deficiência física deverá desenvolver:

- ✓ Desenvolver o pensamento criativo através da arte e suas diferentes manifestações;
- ✓ Desenvolver a coordenação motora refinada (caso não seja acometido por atrofia intramuscular);
- ✓ Fazer uso das tecnologias;
- ✓ Aprender a diferenciar diferentes formas geométricas;
- ✓ Desenvolver o pensamento lógico através de figuras geométricas e outras;
- ✓ Desenvolver processos cognitivos em relação a diferentes conceitos; ampliar a capacidade de comunicação e expressão;
- ✓ Desenvolver habilidade perceptual; compreender o sistema linguístico que utiliza.

É importante frisar, a contextualização do aprendizado deverá se dar de forma a desenvolver o seu potencial para o alcance das atividades propostas pela escola regular de acordo com o currículo escolar. Nesse contexto, de acordo com as limitações do estudante, as atividades podem ou não ser repetidas até o alcance dos objetivos propostos.

É importante ainda, pensar a tecnologia assistiva como um conjunto de recursos, metodologias, práticas e estratégias que possibilitam o desenvolvimento da funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social.

Nesse âmbito, o C-AEE, deve incorporar a tecnologia assistiva para fomentar a participação e inclusão social, elaborando os recursos didáticos que se adequam a cada necessidade específica, compartilhando com a escola regular para que esta possa inserir os recursos em sala de aula, visando a participação do aluno nas atividades e promovendo o acesso ao currículo escolar.

8.5 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As especificidades para os anos finais do ensino fundamental significam o ângulo do desenvolvimento do aluno com deficiência física, a principal ferramenta para a inclusão é reconhecer que aluno é capaz de aprender, reconhecer na diversidade o potencial de cada sujeito independente da sua condição física, auditiva, intelectual.

É necessário compreender que as diferenças fazem parte de um bem cultural, pois este reconhecimento, integra melhor qualidade de vida, inclusão, realização pessoal e superação. Dentre os recursos que desenvolvem o potencial do aluno com deficiência, destaca-se a tecnologia assistida por proporcionarem melhor qualidade de vida e autonomia.

Tecnologia assistida é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão.

Nesta definição destaca-se que a TA é composta de recursos e serviços. O recurso é o equipamento utilizado pelo aluno, que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa. O serviço de tecnologia assistida na escola é aquele que buscará resolver os problemas funcionais do aluno, no espaço da escola, encontrando alternativas para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades neste contexto.

Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa fazer de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras, artes, utilização de materiais escolares e pedagógicos, exploração e produção de temas através do computador, etc. É envolver o aluno ativamente, desafiando-se a experimentar e conhecer, permitindo que construa individual e coletivamente novos conhecimentos.

8.6. ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Devido a exigir maior esforço de superação das limitações, visto que a distorção idade/série já implica em determinadas dificuldades apresentadas pelos aprendizes. Desse modo, as especificidades para esta modalidade de ensino irão abranger as especificidades das séries iniciais e finais do ensino fundamental.

Destacam-se: desenvolver o pensamento criativo através das artes e suas diferentes manifestações; desenvolver a coordenação motora refinada; fazer uso das tecnologias; aprender a diferenciar diferentes formas geométricas; desenvolver o pensamento lógico; desenvolver processos cognitivos em relação a diferentes conceitos; ampliar a capacidade de comunicação e expressão; desenvolver habilidade perceptual; compreender o sistema linguístico que utiliza; fazer uso das tecnologias; desenvolver o pensamento lógico; compreender o sistema linguístico que utiliza; ampliar a capacidade de comunicação e expressão; desenvolver a leitura e escrita através do uso das tecnologias e jogos pedagógicos; desenvolver a autonomia; elaborar frases com sentido completo; fazer uso das tecnologias; desenvolver o pensamento lógico; compreender o sistema linguístico que utiliza;

ampliar a capacidade de comunicação e expressão; desenvolver a leitura e escrita através do uso das tecnologias e jogos pedagógicos; desenvolver a autonomia; elaborar frases com sentido completo; compreender e obedecer a comandos.

9. ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

9.1. CARACTERIZAÇÃO DAS DEFICIÊNCIAS AUDITIVAS

A audição é de extrema importância no desenvolvimento tanto social como individual de todos os indivíduos como um ser. É através do sentido da audição que se torna possível desenvolver a própria identidade através da interação com o mundo, pois, é através do sistema auditivo que as informações são coletadas, portanto, ele é o responsável no reconhecimento e identificação de sons presentes no ambiente, auxiliando no desenvolvimento da comunicação oral e também da linguagem.

Pela área da saúde e, tradicionalmente, pela área educacional, o indivíduo com surdez pode ser considerado:

a) Pessoa com surdez leve – indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Em geral, esse indivíduo é considerado desatento, solicitando, frequentemente, a repetição daquilo que lhe falam. Essa perda auditiva não impede a aquisição normal da língua oral, mas poderá ser a causa de algum problema articulatorio na leitura e/ou na escrita.

b) Pessoa com surdez moderada – indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. É frequente o atraso de linguagem e as alterações articulatorias, havendo, em alguns casos, maiores problemas linguísticos. Esse indivíduo tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos.

Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldades em compreender certos termos de relação e/ou formas gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

c) Pessoa com surdez severa – indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar. Se a família estiver bem orientada

pela área da saúde e da educação, a criança poderá chegar a adquirir linguagem oral. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de sua aptidão para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

d) Pessoa com surdez profunda – indivíduo que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica quanto à identificação simbólica da linguagem. Um bebê que nasce surdo balbucia como um de audição normal, mas suas emissões começam a desaparecer à medida que não tem acesso à estimulação auditiva externa, fator de máxima importância para a aquisição da linguagem oral. Assim, tampouco adquire a fala como instrumento de comunicação, uma vez que, não a percebendo, não se interessa por ela e, não tendo retorno auditivo, não possui modelo para dirigir suas emissões.

9.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA

Para descrever sobre a contextualização da rotina do aprendiz com surdez atendida no C-AEE, é importante considerar o papel do professor frente ao atendimento especializado, uma vez que é este quem identifica, seleciona e elabora os recursos didáticos que serão utilizados, respeitando: as diferenças individuais; os diferentes níveis e graus de deficiências em surdez; os momentos didático-pedagógicos; a formação e a experiência profissional para atuar com o aluno com surdez e, ser um colaborador junto à escola regular no tocante as orientações com os profissionais e junto à família do aluno.

Nesse mesmo propósito, para que haja contextualização da rotina específica, é fundamental que a rotina se dê observando e desenvolvendo os seguintes aspectos: sociabilidade; cognição; linguagem; afetividade; motricidade; aptidões; interesses individuais; habilidades e talentos.

Tais observações são necessárias para que sejam detectadas as dificuldades e sejam trabalhadas para que futuramente não se tornem obstáculos para o desenvolvimento do aluno. É importante frisar, este trabalho deve ser realizado pelo professor ou instrutor de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

O professor deve sistematizar o seu trabalho respeitando as especificidades dessa língua, em especial os termos científicos e ainda, indicando meios favoráveis ao desenvolvimento de LIBRAS como L1 e a Língua Portuguesa como LP2. A perspectiva inclusiva para o aluno com surdez indica ainda que para o seu desenvolvimento integral é indispensável que o ensino regular disponha de profissional Intérprete de libras e que a escola desde a portaria tenha conhecimento e domínio da L1 e assim, incluir verdadeiramente o aluno, visto que o atendimento especializado não substitui o ensino comum, tampouco se designa a escola de reforço.

9.3. ESPECIFICIDADES PARA A ETAPA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As Especificidades para a Etapa da Educação Infantil se designam a desenvolver os aspectos: social; comunicação; motora; afetivo; intelectual; cognitivo.

Nesse contexto, é necessário construir um plano de ação com estratégias metodológicas para inserir atividades que respondam as necessidades específicas de cada estudante, visto que, as competências e habilidades são mais atingíveis nessa faixa etária de idade, embora algumas crianças de acordo com suas limitações possam oferecer maiores resistências quanto aos seus desenvolvimentos.

9.4 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As especificidades para os anos iniciais devem de ser contextualizadas de acordo com série/ano, idade cronológica e a limitação existente. No entanto, de acordo a desenvolver o potencial: Cognitivo; Motor; Afetivo; Social; Comunicação.

Desse modo, as especificidades para os anos iniciais devem levar em conta ainda, o que as crianças com DA já conseguem desenvolver de acordo com o potencial cognitivo, experiência motora grossa, fina e refinada, é maleável, aceita o toque e o contato físico e se possui habilidade social como interagir por meio da comunicação visual-gestual. Participar de trabalhos em grupos, se apresenta comunicação embora gesticulando.

Contudo, é importante explicitar a importância da avaliação diagnóstica para

só então construir um plano de atendimento individualizado que identifique as reais dificuldades e se possam produzir atividades e identificar os recursos cuja acessibilidade permita os avanços nos processos supracitados.

9.5 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

As especificidades para os anos finais do ensino fundamental devem se levar em consideração o que o aluno já aprendeu, uma vez que todos têm a capacidade de aprender. Nesse sentido, o AEE em consonância com as políticas de inclusão deverá desenvolver através de práticas pedagógicas o ensino de L1 como língua materna e LP2 e assim, manter a identidade da cultura surda nas suas especificidades, conduzindo o aprendiz no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem, contribuindo para a sua participação na sociedade.

Nesse mesmo propósito desenvolver os seguintes objetivos: Propiciar os melhores níveis de comunicação e interação com as pessoas com as quais convive na comunidade; favorecer a participação nas atividades escolares; propiciar apoio físico, visual, verbal e gestual ao aluno impedido, temporária ou permanentemente, em suas capacidades, de modo a permitir a realização das atividades escolares e participação no processo avaliativo; diferenciar palavras, sentenças modificadas por reflexões, gestos expressões faciais.

Todo o processo de desenvolvimento das habilidades do estudante com surdez deve ser de estimulação e quando o aluno não passou pelo processo de estimulação precoce, o processo nos anos finais dessa forma, deve permitir a retomada para que as lacunas sejam preenchidas e o aluno possa avançar nas habilidades que a escola regular de acordo com o currículo se propõe atingir.

9.6 ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As especificidades para a Educação de Jovens e Adultos de acordo a suprir as necessidades específicas do aprendiz devem se constituir em: compreender-se como sujeito capaz de aprender; Interagir por meio dos estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, motores e sociais; aprender a se comunicar por meio do ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização;

acessar diferentes instrumentos em especial tecnológicos para ampliar as possibilidades de desenvolvimento e aprendizado; realizar tarefas do cotidiano com autonomia; inserir-se no contexto social e dele participar exercendo seus direitos e deveres democráticos buscando a realização pessoal e profissional.

A modalidade EJA é para jovens e adultos a oportunidade de acesso à educação que por diferentes razões não tiveram acesso. Nesse enfoque, os alunos dessa modalidade de ensino necessitam bem mais que um programa de atividades com foco no currículo, necessita de ações que integrem ao currículo práticas pedagógicas que despertem o desejo pelo aprender a usar suas experiências em favor de suas formações e que lhes estimulem quanto ao pensamento de uma nova perspectiva no âmbito educacional e social.

O AEE nesse sentido representa para o aluno público alvo da Educação Especial, não uma reposição de escolaridade, mas, de interdependência e autonomia para acessar o mercado de trabalho, visto que as oportunidades para esses grupos minoritários representam uma restrição tal qual são vistos pela sociedade em relação às suas limitações.

10. ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM BAIXA VISÃO

10.1. CARACTERIZAÇÃO DOS TIPOS DE BAIXA VISÃO

Baixa visão, também denominada visão subnormal, é uma perda de **visão** que não pode ser corrigida por óculos convencionais, lentes de contato, medicação ou cirurgia. Também pode ser descrita como qualquer grau de enfraquecimento visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual.

A visão subnormal pode ter causas como:

- ✓ Congênitas – já ocorre desde o nascimento, como por exemplo: coriorretinite macular por toxoplasmose. Muitas vezes de origem genética, familiar, como retinites pigmentosas, glaucoma congênito, catarata congênita, etc.

- ✓ Adquiridas – tem como causas doenças adquiridas como diabetes, deslocamento de retina, glaucoma, catarata, degeneração senil de mácula, traumas oculares.

Os sintomas e os indícios relacionados à deficiência visual são:

- ✓ Constante irritação nos olhos;
- ✓ Excessiva aproximação junto ao rosto para ler ou escrever;
- ✓ Dificuldade para leitura à distância;
- ✓ Esforço visual;
- ✓ Dificuldades em reconhecer cores;
- ✓ Inclinação da cabeça para tentar enxergar melhor;
- ✓ Dificuldade de enxergar pequenos obstáculos no chão ou nas laterais;
- ✓ Nistagmo (olho constantemente trêmulo);
- ✓ Estrabismo;
- ✓ Dificuldades de enxergar em ambientes claros ou escuros.

Barreiras enfrentadas por pessoa com deficiência visual – baixa visão é:

- ✓ Contrastes inadequados de cores;
- ✓ Leitura com fonte de letra com serifa ou decorada;
- ✓ Leitura de letra pequena (ou grandes em alguns casos);
- ✓ Conteúdos que perdem sua funcionalidade quando ampliados;
- ✓ Locais de pouca iluminação (ou de muita iluminação em alguns casos);

✓ Dependendo do grau de baixa visão, o usuário irá fazer uso de um leitor de tela. Desse modo, as barreiras enfrentadas por uma pessoa com baixa visão, são as mesmas enfrentadas por uma pessoa com cegueira.

Auxílios ópticos para melhorar a visão de perto:

- ✓ Óculos com lentes esféricas;
- ✓ Óculos com lentes esferoprismáticas;
- ✓ Lupas normais;
- ✓ Lupas de apoio;
- ✓ Sistemas de tele microscópios;
- ✓ Sistemas de vídeomagnificação;
- ✓ Computador com ampliadores de tela. Além disso, dependendo do grau residual de visão, essas pessoas também acabam por utilizar os softwares leitores de tela e os recursos de alto contraste.

Auxílio não óptico para ampliação:

- ✓ Espaçamento entre linhas: deve ser ao menos 30% da altura da letra, sendo empregada para facilitar a localização do início de uma frase ou parágrafo.
- ✓ Uso de fontes mais simples, sem muitos detalhes que possam prejudicar a leitura.
- ✓ As margens devem ser mais estreitas, para garantir o melhor aproveitamento da largura da folha.
- ✓ Não devem ser utilizados papéis brilhantes.
- ✓ Para posicionamento e postura
- ✓ Pranchas inclinadas e apoio de material de leitura, que garanta ângulo de 45 graus em relação à mesa.
- ✓ Para escrita e leitura
- ✓ Guias para escritas, fabricadas em cartão preto e com fendas em locais estratégicos para preenchimento, como em talões de cheque.
- ✓ Folhas com pauta reforçada e ampliada, para aumentar as letras e o contraste de linha com o papel.
- ✓ Canetas: devem ser porosas para aumentar o contraste.
- ✓ Lápis: devem ser macios, preferencialmente dos tipos 3B ou 6B.
- ✓ Para controle da iluminação

✓ Lâmpadas incandescentes: indicadas para quem tem catarata ou outros problemas com opacificações dos meios ópticos. São lâmpadas que emitem mais luz amarela e que também são mais direcionais, o que favorece maior contraste.

✓ Lâmpadas fluorescentes: a grande vantagem é que não geram tanto calor (como as lâmpadas incandescentes), o que permite sua utilização aproximada.

✓ Lâmpadas de halogêneo: ideal para quem busca iluminação direcional e mais intensa.

✓ Tiposcópio: fabricado em cartão ou plástico (preto), é uma guia para leitura que possui uma fenda com altura para as linhas de um texto. Pode ser modificado conforme a necessidade e tem como objetivo principal diminuir a luz que é refletida, no papel, e também aumentar o contraste.

✓ Acetato de amarelo sobre o texto: tem a função de reduzir a luz refletida, assim como também aumentar o contraste durante a leitura.

✓ Armações de óculos: devem apresentar proteção lateral, justamente para evitar a entrada de radiação indesejada pelos lados.

✓ Viseiras, bonés e chapéus também são indicados como auxílios não ópticos.

10.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA

A contextualização da rotina para alunos com baixa visão, é basicamente: adaptar o trabalho de acordo com a condição visual do aluno:

✓ Conceder maior tempo para o término das atividades propostas, principalmente quando houver indicação de telescópio;

✓ Ter clareza de que o aluno enxerga as palavras e ilustrações mostradas; sentar o aluno em lugar sombrio se ele tiver fotofobia (dificuldade de ver bem em ambiente com muita luz);

✓ Evitar iluminação excessiva em sala de aula;

✓ Observar a qualidade e nitidez do material utilizado pelo aluno: letras, números, traços, figuras, margens, desenhos com bom contraste figura/fundo;

✓ Observar o espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas; utilizar papel fosco, para não refletir a claridade; explicar, com palavras, as tarefas a serem realizadas.

Nesse mesmo tocante, é preciso pensar na importância dos recursos destinados ao Atendimento Educacional Especializado, enquanto instrumentos que ao serem identificados, tem papel fundamental e, objetiva inserir os alunos público alvo da Educação Especial em situações de vivência cotidiana estimula a exploração e o desenvolvimento pleno dos outros sentidos. A variedade, a adequação e a qualidade dos recursos disponíveis possibilitam o acesso ao conhecimento, à comunicação e à aprendizagem significativa.

10.3 ESPECIFICIDADES PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

As especificidades para a Etapa da Educação Infantil e, o trabalho com a criança com visão subnormal, deve desenvolver os seguintes aspectos: social; comunicação; motora; afetivo; intelectual; cognitivo.

Atenção e concentração – A atenção é a capacidade de manter o foco naquilo que você está fazendo. Atenção é perceber os detalhes e nuances do que está sendo feito.

Linguagem - A linguagem é o maior recurso que o ser humano possui para alcançar tudo quanto mais deseja na vida. Por isso cada pessoa depende da linguagem para viver em sociedade, pois ela é à base da cultura e dificilmente haveria civilização se não fosse o emprego da linguagem.

Aspecto cognitivo – Os aspectos cognitivos atuam como motor no processo de aprendizagem. A cognição é o ato que consiste em processar as informações. A função dessa habilidade é o de perceber, integrar, compreender e responder adequadamente a todos os estímulos do ambiente de uma pessoa. É interessante observar se o aprendiz reconhece formas, cores e objetos, identifica e diferencia tamanhos, posições no espaço, compreende relações de causa e efeito e como reage a estímulos visuais em diferentes distâncias e contrastes.

Aspecto da motricidade - Habilidades motoras fundamentais são compostas por habilidades de locomoção (correr, saltar, rolar), de estabilidade (equilibrar-se sobre uma perna ou sobre uma barra de equilíbrio) e de manipulação (arremessar, chutar, pegar)

Aspecto afetivo - Afetividade é um estado psicológico do ser humano que pode ou não ser modificado a partir das situações. Segundo Piaget, tal estado

psicológico é de grande influência no comportamento e no aprendizado das pessoas juntamente com o desenvolvimento cognitivo. É interessante observar se a criança se sente segura no ambiente do AEE, mostra-se tranquila ao se separar dos pais/responsáveis, aceita o contato com o professor do AEE e com os colegas e expressa sentimentos de medo, ansiedade ou insegurança diante de novas experiências visuais.

Aspecto social – A criança com deficiência apresenta dificuldades de interação, pois se ver em desvantagem em relação aos seus pares. As atividades enquanto proposta de desenvolvimento deve, além de outros estímulos, propiciar condições estimuladoras do processo de interação social, imprimindo marcas que ao longo do processo de escolarização vão se intensificando a ponto de eliminar a concepção de desigual, de menos capaz, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia, o convívio social e o estabelecimento das relações.

10.4 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nos anos iniciais do ensino fundamental o estudante com visão subnormal deverá de acordo com o ano, idade cronológica e mental: desenvolver o pensamento criativo através das artes e suas diferentes manifestações; desenvolver a comunicação bilíngue; desenvolver a coordenação motora refinada; fazer uso das tecnologias; aprender a diferenciar diferentes formas geométricas; desenvolver o pensamento lógico; desenvolver processos cognitivos em relação aos diferentes conceitos; ampliar a capacidade de comunicação e expressão; desenvolver habilidade perceptual; desenvolver a autonomia quanto à comunicação social; compreender o sistema linguístico que utiliza.

O contato e a interação da criança com diversos recursos e as metodologias adequados, é fator determinante para o seu avanço, o C-AEE, deverá ainda, buscar enriquecer as metodologias quando estas atingirem suas finalidades, uma vez que o avanço nos aspectos supracitados necessite de reforço.

10.5 ESPECIFICIDADES PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Nos anos finais do ensino fundamental o estudante público alvo da Educação Especial deverá: compreender o sistema linguístico que utiliza; ampliar a capacidade de comunicação e expressão; desenvolver a leitura e escrita através do uso das tecnologias e jogos pedagógicos; desenvolver a autonomia quanto à expressividade, leitura e o cálculo; compreender os aspectos físicos das ciências; desenvolver o pensamento lógico; elaborar textos com clareza e objetividade de compreensão; interagir com segurança de expressão e, adquirir autonomia para contribuir na construção da sociedade a que pertence.

10.6 ESPECIFICIDADES PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

As especificidades para a Educação de Jovens e Adultos, em relação ao seu desenvolvimento acadêmico, devem compreender os objetivos delineados pela proposta de educação para todos, desenvolvendo a constituição humana nos seus aspectos: da motricidade grossa, fina e refinada; social – interação; socialização; capacidade para identificar a moeda corrente e ter autonomia para suas finalidades; realizar cálculo mental; ler e escrever – elaborando frases e pequenos textos; desenvolver habilidades para identificar aspectos físicos das ciências; realizar AVD – Atividades de Vida Diária; compreender o sistema linguístico que utiliza; expressar ideias; saber utilizar instrumentos tecnológicos.

O desenvolvimento da pessoa com visão subnormal deve ser pensado ainda, no binômio – limitação/superação uma vez que é um público que retoma um ponto de partida já em desvantagem em relação aos seus pares. É preciso ainda, conceber suas limitações não como um fator de dificuldades, mas, compreender tais diferenças como riqueza cultural.

11. ATENDIMENTO AOS ALUNOS COM CEGUEIRA

Os atendimentos no AEE voltados para alunos com cegueira são menos frequentes no município de Anguera, tendo em vista que a demanda por esse tipo de atendimento é reduzida. No entanto, embora sejam casos pontuais, o serviço é oferecido sempre que necessário, com a devida adaptação dos recursos e estratégias pedagógicas, assegurando o direito à inclusão e ao atendimento especializado conforme as necessidades de cada estudante.

11.1. CARACTERIZAÇÃO DA CEGUEIRA

A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais.

11.2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA ROTINA

A contextualização da rotina para a criança com cegueira deve levar em conta que algumas atividades predominantemente visuais devem ser elaboradas com antecedência e outras durante a aplicação por meio de descrição, essas atividades devem conter as seguintes informações:

Tátil – o campo de experiência tátil revela à criança com cegueira, o que a visão revelaria, uma vez que ela utiliza os sentidos remanescentes para aprender.

Auditiva – a memória auditiva é uma porta de entrada de informação indissociável para o aprendizado da pessoa com deficiência visual, ao ouvir um filme, por exemplo, necessita de exposição oral para assimilar as informações ali contidas;

Olfativa – é um sentido de proximidade, considerado complementar para a pessoa com deficiência visual.

Desse modo, a contextualização deve englobar:

Em relação aos esquemas (por ex: corporal), símbolos e diagramas devem ser descritos oralmente;

Os desenhos, gráficos e ilustrações devem ser adaptados e representados em relevo;

Atividades que envolvem expressão corporal, dramatização, arte e música, podem ser desenvolvidas com pouca ou nenhuma adaptação.

Ainda, de modo a contextualizar a rotina da pessoa com deficiência visual no AEE, é fundamental que em todas as etapas de ensino se trabalhe questões de cunho social interligado ao desenvolvimento da autonomia e em relação à orientação e mobilidade, garantindo assim, melhor qualidade de vida e autonomia nos diferentes espaços pelo deficiente visual frequentado.

11.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS DIFERENTES ETAPAS E MODALIDADES DE ENSINO

As diferentes práticas pedagógicas para o atendimento do aluno com deficiência visual devem envolver: Diagnóstico da situação de aprendizagem em relação ao domínio do BRAILLE; Diagnóstico do conhecimento lógico; Autonomia e iniciativa para a realização de tarefas; Domínio dos instrumentos tecnológicos; Orientação e mobilidade; AVD – Atividade de Vida Diária;

Nesse mesmo contexto, as práticas pedagógicas desenvolvidas no C-AEE, devem considerar o desenvolvimento dos aspectos descritos no PDI, considerando atividades que sejam relevantes para o pleno desenvolvimento do estudante que também estão descritas no Plano de Atendimento Individualizado. É possível, além disso, inserir atividades contextualizadas com as contempladas no Projeto Político Pedagógico da escola regular, uma vez que a demanda de atendimento deve estar em consonância e em especial pela importância das práticas inclusivas.

12. OUTROS TIPOS DE DEFICIÊNCIAS, SÍNDROMES E TRANSTORNOS INSCRITOS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Deficiência Múltipla é a associação, na mesma pessoa, de duas ou mais deficiência primárias (visual, auditiva, física, intelectual, psicossocial), com comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade de adaptação. Para lidar com uma pessoa que tem deficiência múltipla, observe-a ou pergunte a quem a acompanha; o relacionamento se estabelece de acordo com as orientações já elencadas nos itens anteriores; evite generalizações para se referir à pessoa com deficiência. Por exemplo, dizer que toda pessoa com Síndrome de Down tem talento artístico ou toda pessoa com deficiência visual tem audição apurada. Nem todo cego sabe ler Braille. Nem todo surdo sabe Libras.

Dislexia é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta habilidades básicas de leitura e linguagem. Ela tem suas raízes em diferenças nos sistemas cerebrais responsáveis pelo processamento fonológico que resultam em dificuldade para processar os sons das palavras e associá-los com as letras ou sequências de letras que os representam. Outros fatores que podem vir associados são déficits nas funções executivas, dificuldades no processamento auditivo e/ou visual e desenvolvimento psicomotor.

A dislexia é considerada um transtorno específico da aprendizagem porque seus sintomas geralmente afetam o desempenho acadêmico de estudantes sem que haja outra alteração (neurológica, sensorial ou motora) que justifique as dificuldades observadas.

Na linguagem oral:

- ✓ Atraso no desenvolvimento da fala;
- ✓ Problemas para formar palavras de forma correta, como trocar a ordem dos sons (pipoca em vez de pipoca) e confundir palavras semelhantes (umidade / humanidade);
- ✓ Erros de pronúncia, incluindo trocas, omissões, substituições, adições e misturas de fonemas;
- ✓ Dificuldade para nomear letras, números e cores;
- ✓ Dificuldade em atividades de aliteração e rima;

- ✓ Dificuldade para se expressar de forma clara.

Na leitura:

- ✓ Dificuldade para decodificar palavras;
- ✓ Erros no reconhecimento de palavras, mesmo as mais frequentes;
- ✓ Leitura oral devagar e incorreta. Pouca fluência, com inadequações de ritmo e entonação, em relação ao esperado para a idade e a escolaridade;
- ✓ Compreensão de texto prejudicada como consequência da dificuldade de decodificação;
- ✓ Vocabulário reduzido.

Na escrita:

- ✓ Erros de soletração e ortografia, mesmo nas palavras mais frequentes;
- ✓ Omissões, substituições e inversões de letras e/ou sílabas;
- ✓ Dificuldade na produção textual, com velocidade abaixo do esperado para a idade e a escolaridade.

A síndrome de Down é causada pela presença de três cromossomos 21 em todas ou na maior parte das células de um indivíduo. Isso ocorre na hora da concepção de uma criança. As pessoas com síndrome de Down, ou trissomia do cromossomo 21, têm 47 cromossomos em suas células em vez de 46, como a maior parte da população.

O desenvolvimento da criança depende fundamentalmente da estimulação precoce, do enriquecimento do ambiente no qual ela está inserida e do incentivo das pessoas que estão à sua volta. Com apoio e investimento na sua formação, os alunos com síndrome de Down, assim como quaisquer outros estudantes, têm capacidade de aprender.

É fundamental promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, linguísticas, sociais e funcionais das pessoas com Síndrome de Down no AEE, respeitando o ritmo individual de aprendizagem e favorecendo sua participação plena no ambiente escolar através da promoção do desenvolvimento da autonomia, independência, favorecendo a comunicação e a linguagem funcional, reforçando e adaptando conteúdos da sala regular, trabalhando as habilidades cognitivas e sociais, apoiando a inclusão e participação ativa na escola e orientando a família.

13. A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO CRM / FAMÍLIA E CRM /COMUNIDADE

A parceria entre a família e o Centro de Recursos Multifuncionais é essencial para garantir que o desenvolvimento do estudante com deficiência tenha um processo de aprendizagem inclusivo, contínuo e de qualidade. Essa colaboração cria um elo entre escola e lar, favorecendo a compreensão das necessidades do aluno e a adoção de estratégias coerentes.

Dessa forma é fundamental que haja comunicação constante, e através do fechamento do Plano Educacional Individualizado (PEI) há sempre uma conversa entre os professores e família para averiguar os avanços, estagnações ou retrocessos do aprendiz, assim a partir dessa conversa há uma atualização desse documento.

Também deve haver envolvimento nos Plantões Pedagógicos nas escolas e reuniões de pais e mestres, dessa forma a família compartilha informações importantes sobre as características, interesses, potencialidades e desafios do estudante, através também das reuniões para definir metas realistas e significativas para o desenvolvimento do aluno, para que haja desenvolvimento no reforço no ambiente doméstico sobre atividades e recursos utilizados no AEE através de jogos pedagógicos, comunicação alternativa, leitura adaptada, entre outros, isso cria coerência entre o que é aprendido no AEE e no lar.

O apoio emocional ao aluno para encorajamento das suas potencialidades, e pôr fim a presença da família em conselhos escolares, reuniões e eventos são indispensáveis para o aumento da efetividade das ações inclusivas. Possíveis ações: Fiscalização e apoio à gestão escolar; incentivo à convivência e aos valores; Engajamento na definição de prioridades da escola; Colaboração com projetos pedagógicos; Apoio ao processo educativo em casa; Participação ativa nas reuniões escolares.

O CRM também acompanha e participa das discussões voltadas às áreas da saúde, assistência social e educação das pessoas com deficiência, por meio de sua atuação no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. A participação visa colaborar para a inclusão dessas pessoas na sociedade.

14. ATRIBUIÇÕES DESIGNADAS AO CENTRO DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

I. O Centro de Recursos Multifuncionais ofertará duas turmas de GRUPO 3 da Creche, sendo uma turma no turno matutino e outra no turno vespertino.

II. O CRM irá oferecer no turno noturno uma turma do 1º Segmento da EJA como forma de oportunizar inclusão na escola de pessoas da comunidade que necessitam consolidar o processo de alfabetização.

14.1 ETAPAS DO ENSINO - EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE

A Creche desenvolvida dentro do âmbito do CRM representa o início da jornada educacional das crianças e tem como principal finalidade acolher, cuidar e educar em um ambiente seguro, afetivo e estimulante. Nessa etapa, cada gesto, descoberta e interação faz parte de um processo de desenvolvimento que respeita o ritmo individual de cada criança.

Nesta fase, priorizamos relações de confiança e vínculo, compreendendo que o cuidado é indissociável da educação. As atividades são planejadas para promover experiências significativas, permitindo que as crianças explorem, experimentem e se expressem por meio do brincar, que é a principal forma de aprendizagem nessa idade.

Valoriza-se o diálogo com as famílias, reconhecendo-as como parceiras essenciais no acompanhamento do crescimento das crianças. Buscaremos criar um ambiente em que elas se sintam pertencentes, acolhidas e incentivadas a participar do cotidiano escolar.

Assim, a creche especificadamente para o Grupo 3, no CRM, se configura como um espaço de descobertas, convivência e desenvolvimento integral, onde cada criança é vista em sua singularidade e incentivada a construir sua autonomia, curiosidade e confiança no mundo ao seu redor.

14.2 ETAPAS DO ENSINO - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EJA

A Educação de Jovens e Adultos desenvolvidas no CRM é uma etapa que reconhece histórias, trajetórias e sonhos. É um espaço construído especialmente para acolher aqueles que, por diferentes motivos, não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade regular. Mais do que oferecer acesso ao conhecimento, a EJA para essa turma, valoriza a experiência de vida de cada estudante, entendendo que o aprender é um direito que pode ser exercido em qualquer momento da vida.

Na EJA aplicada ao CRM, respeitamos o ritmo, as necessidades e os saberes que cada pessoa traz consigo. O processo de ensino é pautado pelo diálogo, pela construção coletiva do conhecimento e pela valorização da autonomia dos estudantes. As aulas são planejadas para serem significativas, contextualizadas e conectadas com a realidade e os interesses do grupo, favorecendo aprendizagens que possam transformar a vida pessoal, social e profissional de cada um.

Acreditamos que o CRM é um lugar de novas possibilidades. Por isso, cuidamos para que o ambiente seja acolhedor, motivador e respeitoso, fortalecendo a autoestima e estimulando a permanência e o sucesso dos estudantes. Na EJA, celebramos cada avanço, reconhecemos cada esforço e compreendemos que cada passo representa uma conquista importante.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos no CRM, se consolida como uma oportunidade de recomeço, empoderamento e abertura de caminhos, reafirmando o princípio de que nunca é tarde para aprender, crescer e transformar histórias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro de Recursos Multifuncionais (CRM) é mais do que um espaço físico destinado à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Ele representa, na prática, um espaço de resistência pedagógica, política e humana, onde se constrói diariamente o direito à educação inclusiva com equidade, respeito às diferenças e valorização da singularidade de cada sujeito. É nesse espaço que se viabiliza o acesso ao currículo de forma acessível, se criam estratégias adaptadas, se desenvolvem tecnologias assistivas e, sobretudo, se afirma o direito à aprendizagem para todos.

O professor do AEE, atuando no CRM, é agente ativo dessa resistência: planeja, adapta, escuta, acolhe e luta por uma educação verdadeiramente inclusiva. Sua ação não se limita ao atendimento individualizado; ela se expande na articulação com a sala regular, no diálogo com a família, na formação de professores e na defesa constante da educação como direito universal e não como privilégio.

Assim, o Centro de Recursos Multifuncionais é um espaço vivo, pulsante, onde o conhecimento se entrelaça à afetividade, à luta social e à transformação de realidades. Nele, resistimos ao capacitismo, ao preconceito. Nele, insistimos em acreditar que toda criança, jovem adulto e idoso é capaz de aprender, desde que lhe sejam garantidos os apoios necessários.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L. **Os trabalhos e os dias dos deuses e dos homens:** a mitologia como fonte para refletir sobre normalidade e deficiência. In: Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 1, p, 61-75, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, DF, 21 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação:** razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069/90 de julho de 1990. São Paulo: Cortez.

BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos:** plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial.** Decreto Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Especial.** *Decreto Nº 5.296* de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. Lei n. 7.853/89. Brasília, 1989 BRASIL. Decreto 3.298/99,1999, Brasília CARMO, **Apolônio Abadio do. Deficiência física:** a sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino.** Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RAIZER, Cassiana Magalhães. **Portfólio na educação infantil:** desvelando possibilidades para avaliação formativa. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

